



**RELATÓRIO
& CONTAS
2020**



OVER|Pharma
life overall



ÍNDICE

1. Mensagem da Gerência

2. Relatório de Gestão

3. Informação Societária

4. Informação Financeira

4.1 Demonstrações financeiras

4.2 Anexo às demonstrações financeiras

5. Relatório de Fiscalização

5.1 Certificação Legal de Contas

1. Mensagem da Gerência



01

MENSAGEM DA GERÊNCIA

Estimados Parceiros,

Após a boa recuperação encetada no ano anterior, tudo apontava para que 2020 pudesse continuar nessa senda de bons resultados de vendas e resultados líquidos.

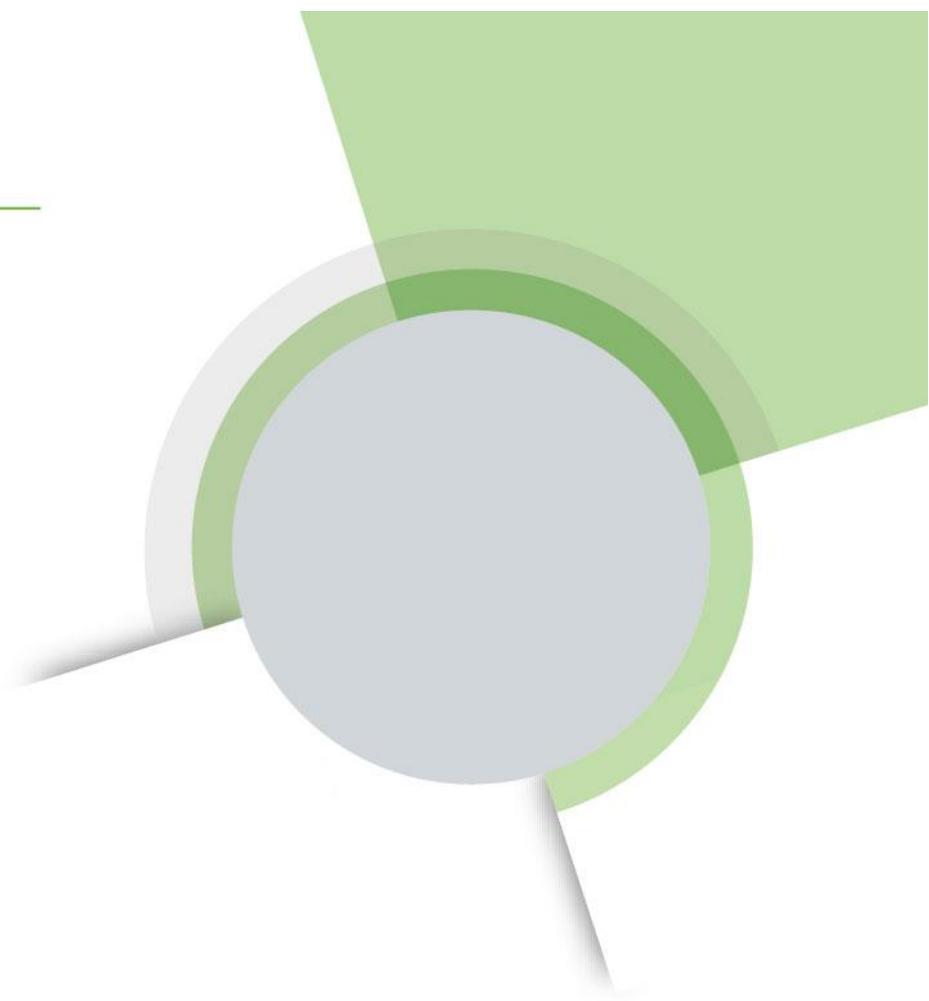
O ano começou bastante promissor e o mês de janeiro até se revelou com indicadores suficientemente encorajadores para o que se poderia esperar no resto do ano. Todavia, em meados de fevereiro, logo se começou a perceber que a pandemia, que se estava a começar a revelar, era bem mais agressiva do que qualquer entidade podia antecipar.

Com o avançar da pandemia e o encerramento dos Blocos Operatórios cedo se percebeu que, os segmentos de produto ligados à área da cirurgia – Coluna, Neurocirurgia, Cardiologia e Endovascular, iriam ser desastrosos. No primeiro semestre, foram feitas apenas 15% das vendas esperadas e até meados de setembro a situação manteve-se. O último trimestre do ano, parecia que a atividade iria retomar, mas não foi bem assim, e o ano encerrou com pouco mais de 50% das vendas indexadas a estes segmentos.

Todavia, a pandemia colocou-nos perante novos desafios e oportunidades que soubemos e conseguimos incorporar. Fruto de um consistente trabalho de equipa e grande dedicação de todos os colaboradores, desencadearam-se uma série de processos de envolvimento em oportunidades de negócio em que habitualmente não estamos presentes, e o ano acabou por ser bastante positivo em termos de Vendas e Resultados Operacionais.

A Gerência expressa um agradecimento aos stakeholders e, em especial, aos colaboradores pelo grande envolvimento e dedicação.

2. Relatório de Gestão



01

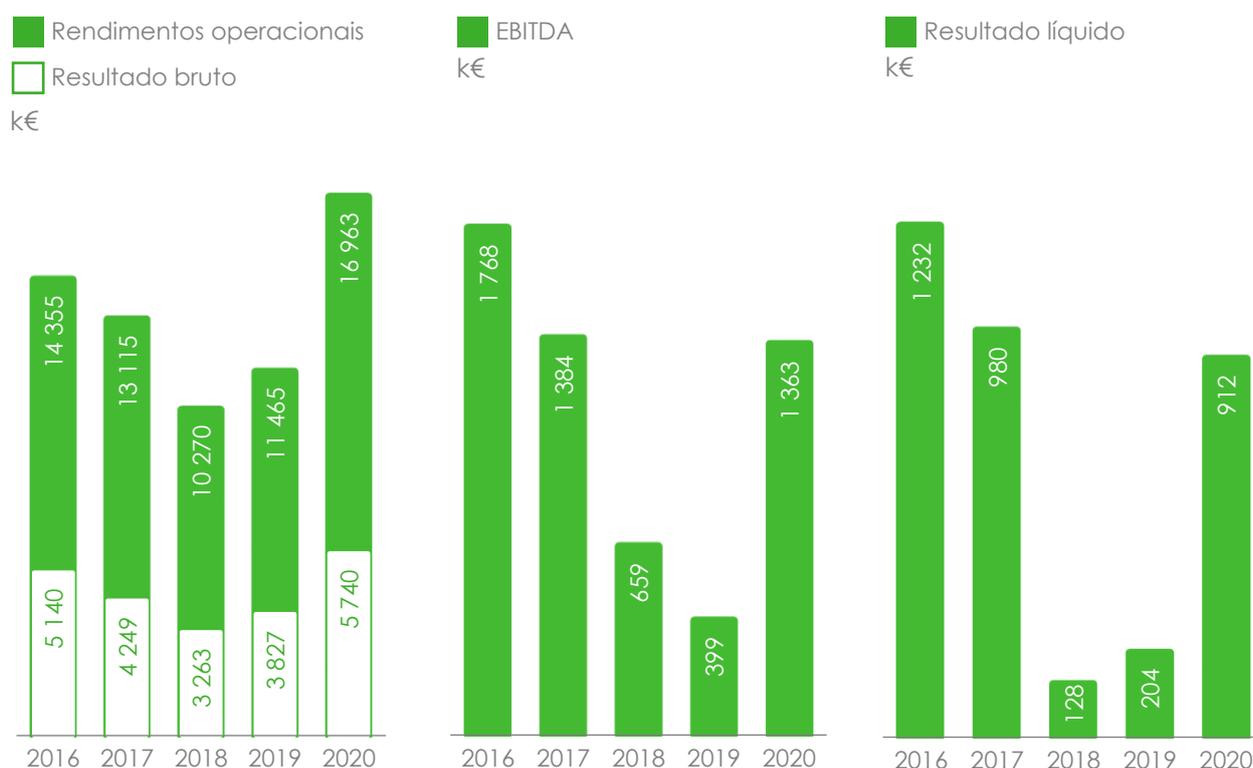
RELATÓRIO DE GESTÃO

As presentes demonstrações financeiras relativas aos períodos de 2020 e 2019, referidas neste Relatório de Gestão, foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

02

DESTAQUES

valores em euros	2020	Marg.	2019	Marg.	Var. %
Volume de negócios	16 936 486		11 464 820		47,7%
Subsídios à exploração	26 731		-		-
Rendimentos Operacionais	16 963 217		11 464 820		48,0%
EBITDA	1 362 864	8,05%	399 096	3,48%	>100%
EBIT	1 232 664	7,28%	335 578	2,93%	>100%
Resultados financeiros	(14 627)	-0,09%	(13 943)	-0,12%	-4,9%
Resultados antes de impostos	1 218 036	7,19%	321 635	2,81%	>100%
Resultado líquido do período	912 171	5,39%	203 776	1,78%	>100%
Nº Colaboradores	38		37		1



03

ATIVIDADE DA EMPRESA

Fundada em novembro de 2001, a Overpharma - Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda. tem como principal objetivo ser um parceiro sério e de referência no contexto do fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições prestadoras de cuidados de saúde.

Focada em apresentar novas soluções, a Overpharma aposta constantemente na pesquisa de novos produtos que lhe permitem ter uma resposta adequada as exigentes necessidades do mercado.

A prioridade é sempre maximizar a satisfação dos clientes, através de uma política de fornecimento de produtos de alta qualidade e nas melhores condições. Este princípio é a base de evolução e crescimento da empresa, é nele que assenta o futuro.

Em 2009, de forma a consolidar a estratégia de crescimento, a Overpharma concretiza a incorporação da empresa Novamed - Equipamentos Médicos, S.A., permitindo-lho e em novos mercados, nomeadamente na produção e comercialização de equipamentos e dispositivos médicos e outros produtos e equipamentos nas áreas da saúde.

Em 2010, por razões estratégicas e por não ser de todo indicado para o momento, aprazamos o objetivo de nos tornarmos fabricantes de dispositivos médicos. O projeto de nos tornarmos banco de tecidos humanos foi também posto de parte de momento devido aos requisitos legais os quais apesar de estarmos a tentar cumprir integralmente se vão revendo difíceis de obter, devido a grandes exigências das autoridades reguladoras. O enfoque foi dado no aprofundar ao máximo a nossa implementação no mercado de produtos de Oftalmologia e Neurocirurgia, os quais revelam um grande potencial no curto e médio prazo. As outras áreas de negócio como medicamentos e dispositivos médicos de consumo mantiveram o seu crescimento esperado.

Em 2011, depois de uma longa preparação para o efeito, foi obtida a certificação com a norma NP EN ISO9001:2008. A certificação representou para a empresa o ter entrado num universo de exigência e credibilidade o qual lhe trará seguramente largos benefícios. Hoje em dia, são já muitos os parceiros comerciais quer sejam clientes ou fornecedores que preferem manter relações com empresas certificadas. No caso dos clientes e no pouco tempo que decorreu de ano pós obtenção da certificação, deu para ter a noção da diferença que faz nalguns aspetos administrativos, mas sobre tudo, na pontuação que dão à empresa como fornecedor por ser certificada. Este foi de facto um pequeno feito (no muito que se fez em 2011) que fará muita diferença e será da maior importância para o futuro.

Em 2012, mereceu destaque o facto da empresa ter conseguido um crescimento significativo em vendas e em resultados operacionais.

Parte do sucesso comercial passou por termos entrado de uma forma mais consistente em dois segmentos de mercado:

- Na área farmacêutica, entrámos no competitivo mercado das soluções de grande volume, o que nos torna num dos fornecedores de referência destes produtos;
- Na área dos dispositivos médicos de implante, posicionámo-nos como um dos fornecedores mais qualificados para produtos da coluna vertebral, com soluções únicas para Cifoplastia e Escoliose.

Destacamos pela negativa o facto de termos perdido a distribuição de lentes intraoculares e assim, termos deixado de ser um parceiro de referência no mercado. Continuamos presentes na área de oftalmologia em produtos de consumo e somos significativamente importantes na terapêutica das doenças da córnea.

Em 2013, devemos destacar que foi o aprofundar dos métodos de gestão nas suas componentes financeira e de recursos humanos por um lado, e de uma melhor gestão interna de procedimentos por outro, que mais contribuíram para o significativo sucesso do aumento das vendas em unidades em cerca de 6%, (ainda que num clima de mercado bastante adverso), aumento esse, que apesar de tudo, não conseguiu evitar um decréscimo das vendas em valor de cerca de -2,5%.

A gerência gostaria de destacar que foi também o facto de se ter levado a cabo uma política de extrema transparência com os seus fornecedores ao nível da negociação dos preços praticados no mercado, que

permitiu obter o aumento das vendas supracitado, ainda que com uma perda controlada dos resultados operacionais.

De extremamente positivo, destaca-se ainda o facto de este aumento de vendas em unidades, ter contribuído para melhorar o *market share* da empresa, em áreas importantes do seu mercado.

Em 2014 a Gerência manteve o seu principal foco de gestão em 3 vetores, os quais se revelaram determinantes nos resultados obtidos no exercício e que terão ainda mais impacto nos próximos anos.

- Melhor utilização dos recursos do sistema informático na gestão do trabalho dos colaboradores e no aprofundamento dos mecanismos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Os resultados já foram visíveis durante 2014. Conseguiu-se melhorar a eficácia operacional, corrigiram-se significativamente os erros humanos nos procedimentos, melhorando-se significativamente o serviço ao cliente com a eliminação de alguns erros básicos.

A área da gestão da qualidade, bem como da informática, particularmente nas aplicações, tiveram um papel muito ativo na reestruturação dos procedimentos e desenvolvimento de muitos outros processos.

- Na área comercial, criaram-se as bases e definiu-se qual o quadro da política de reorganização da estrutura de vendas e produto. Os resultados foram visíveis, os novos produtos já começaram a ter impacto significativo em alguns segmentos de vendas e a estrutura comercial está a ter melhores resultados em algumas áreas. Esta reorganização será mais visível e terá mais impacto durante e após o próximo ano.

- Reorganização da estrutura interna. Tendo em conta as alterações que se veem verificando na política de aquisição dos clientes hospitalares, particularmente no setor público, era recomendável que a estrutura interna fosse melhorada e ajustada à nova realidade.

O número de consultas e elaboração de proposta quase duplicou face aos anos anteriores, pelo que seria recomendável em nome da eficácia e produtividade interna segmentá-las por especialidades.

Esse trabalho foi iniciado e será concluído no ano de 2015, sendo a transição e adaptação feita sem alterar o normal funcionamento dos departamentos.

- Política de compras. Foi prosseguido o trabalho de negociação de preços de custo, o qual, teve em vista a obtenção de melhores preços de custo e mais ajustados aos novos tempos e conseqüentemente melhorar a margem operacional.

- Quanto às condições de pagamento da empresa, prosseguiu-se a política de negociar com os fornecedores no sentido de obter sempre que possível prazos de pagamento mais dilatados.

Em 2015 os factos mais relevantes da gestão da empresa passaram pela consolidação de planos previamente definidos em 2014 quanto à gestão interna de recursos, bem como, na preparação de um plano reestruturação comercial que deverá adaptar a atividade da empresa nos próximos 3 anos. Pretende-se que a empresa responda em consonância com a esperada expectativa de um aumento das vendas em produtos diferenciados, o qual, requer profissionais mais qualificados e melhor resposta interna.

Foram feitas e adaptadas diversas tarefas e funcionalidades tais como:

- O reenquadramento e adaptação da estrutura comercial administrativa interna, tendo em conta o contínuo aumento de consultas e concursos com o conseqüente aumento da elaboração de propostas.

- Revisto e adaptado o quadro de necessidades adaptando-o às novas necessidades e desafios.

- Fizeram-se melhorias significativas na operacionalidade do sistema informático, tendo em conta este poder responder a uma maior pressão do mercado na forma de compras.

Os hospitais hoje abrem concursos e ajustes diretos quase diariamente para aquisição dos mesmos bens que antes eram adquiridos num concurso anual.

- Iniciado o processo de gestão informática de colocação de encomendas comum com os clientes. Este processo, conhecido como EDI permitirá no futuro uma melhor operacionalidade dos processos realizados entre a Overpharma e os seus clientes, o mesmo possibilitará uma gestão do processo de encomendas/faturas totalmente automática e instantânea.

Durante este ano, iniciou-se a preparação de um plano a 3 anos que tem por base a revisão de todo o processo de vendas da empresa. Pretende-se criar quadros com responsabilidade intermédia na gestão

das vendas – Chefes de Produto (CP)-, Reformular a rede comercial com a contratação de vendedores especialistas, ou readaptar os atuais e modificar os processos.

Os quadros de gestão intermédia, passarão a ter a responsabilidade de gestão vertical de alguns produtos, a qual consiste em;

- Gestão do contacto com os fornecedores quer em compras quer em negociação dos preços.
- Gestão de uma equipa de vendas de 2 ou 3 elementos.
- Obter formação dos produtos e preparar a formação interna das redes de vendas.
- Visitar hospitais e gerir problemas locais.
- Contactos diretos com médicos influentes e KOL
- Contactos com as Sociedades médicas
- Gestão e participação em ações promocionais e de marketing tais como, folhetos, treino de utilizadores e participação em congressos.

Em 2016 prosseguiu-se a implementação do reajuste da política comercial iniciada no ano anterior tendo em vista introduzir melhoras significativas no seu portfólio de produtos, os quais passaram a abranger novos segmentos de produto na área dos dispositivos médicos tais como, Biópsia, Cardiologia de intervenção e Terapia respiratória.

Nos quadros de vendas foram feitos os ajustes necessários em pessoas e formação, os quais pensamos ser os adequados para atingir os objetivos que nos propomos a médio prazo.

Os resultados atingidos neste ano ficaram um pouco aquém do pretendido, afetados sobretudo pela baixa de preços em alguns segmentos de produto, em que se verificou crescimento em unidades com regressão em faturação.

Fizeram-se também alguns ajustes no sistema de gestão da qualidade no sentido de adequá-lo o mais possível às necessidades de gestão e funcionalidade da empresa.

Em 2017 os preços de alguns Medicamentos e particularmente das soluções injetáveis de grande volume, e de alguns Dispositivos Médicos de consumo, voltaram a degradaram-se significativamente, o que já não era de todo expectável. Não era expectável principalmente, tendo em conta o que se praticava há cerca de cinco anos atrás, nem comparativamente ao ano anterior em que os níveis de preço já eram significativamente baixos. Esta situação contribuiu de forma significativa para que a empresa decidisse reforçar e insistir ainda mais na reformatação do seu portfólio e abrir novas áreas de negócio ou acentuar o esforço nas que já vinham sendo ajustadas tais como a Neurocirurgia e Endovascular

Em 2018 os resultados de vendas e margem bruta foram bastante penalizados pelo segmento de produtos farmacêuticos, o qual apresentou vendas inferiores, margens mais baixas e perda de quota de mercado. Entre outras, as razões estão maioritariamente associadas à quebra de preços de venda de mercado, do qual a empresa entendeu dever demarcar-se com a consequente perda de faturação.

A cativação de despesa por parte dos hospitais, levou a que os processos de vendas em concursos existentes, tivessem uma execução bastante tardia e com uma eficácia de aquisição bastante baixa. Esta situação, foi responsável pela perda de faturação de cerca de 3 milhões de euros e consequente perda de margem operacional que se refletiu inevitavelmente nos resultados anuais.

As restantes áreas de negócio responderam em linha com o que estava previsto, não se verificando no entanto a previsão estimada para a entrada e arranque de novos segmentos, uma vez que as vendas estimados em plano para novos segmentos não foram totalmente cumpridas, o impacto compensador esperado sobre as perdas do grupo anterior também não se verificou.

Em 2019 as expectativas de obtenção de melhores resultados de vendas, e de melhoria dos resultados líquidos que se pretendiam atingir, aconselhavam de todo, operar uma alteração significativa nas políticas de gestão das equipas comerciais, bem como no seu suporte comercial interno de forma a que, a empresa se posicionasse face aos clientes, bem como na gestão do seu novo ou reajustado portfólio de produtos.

Estava definido um claro objetivo de crescimento global das vendas superior a 1 milhão de euros, o qual foi atingido, obtendo-se um crescimento de cerca de 11,6% relativamente ao ano anterior. Este crescimento suportado pela política de custos existente na empresa, permitiu encerrar o ano com um crescimento superior a 40% no que diz respeito a resultados operacionais.

Relativamente a Resultado Líquido, havia sido definido o objetivo do seu crescimento em cerca de 31% o qual deveria passar não só pelo crescimento de vendas, mas também pela melhoria da margem buta em

parte significativa do seu portfólio de vendas. Este objetivo foi atingido dado que se obteve um crescimento de cerca de 59% comparativamente com o ano anterior.

Esta reestruturação que passou por uma melhoria qualitativa dos colaboradores que dão suporte ao departamento comercial, bem como uma maior objetividade do setor comercial, cria fundades expectativas de que o próximo ano de 2020 manterá a mesma tendência de melhoria de resultados.

Em 2020 tinha-se como dado adquirido que as reformas que levaram aos bons resultados obtidos no ano anterior, seriam para continuar e aprofundar, e ao mesmo tempo, ser um pouco mais ousado e encetar alguns ajustes e reformas em alguns segmentos de negócio que sabíamos seriam mais rentáveis, mais sustentáveis, e de maior crescimento de vendas e margens cara ao futuro.

Assim não aconteceu, tratou-se de um ano em que toda a gestão de processos fruto das circunstâncias pandémicas não puderam ser aplicados, foram adiados sucessivamente, e praticamente nada foi implementado em termos de reformas.

O teletrabalho, a impossibilidade dos comerciais se moverem e entrarem nos clientes, a limitação na introdução de novos produtos, levaram a que pouco mais do que gestão corrente se fizesse.

Apesar de tudo e todas as contrariedades, as vendas subiram 47.7 % em relação ao ano anterior, e os resultados líquidos melhoraram muito significativamente.

Life Overall (a vida em geral) não é simplesmente o *slogan* da Overpharma, é uma forma de estar, uma mensagem presente no dia-a-dia, um objetivo a cumprir por todos os que fazem parte da organização. É a nossa consciência de como estar no sector da saúde.

A gestão da Overpharma é orientada de acordo com a consolidação dos nossos principais valores:

Rigor na gestão

Transparência

Satisfação do cliente

Ética

Missão

A empresa assume como missão ser um parceiro de referência no fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições públicas e privadas do Serviço Nacional de Saúde, com especial foco nas necessidades do seu mercado e nos seus clientes.

04

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

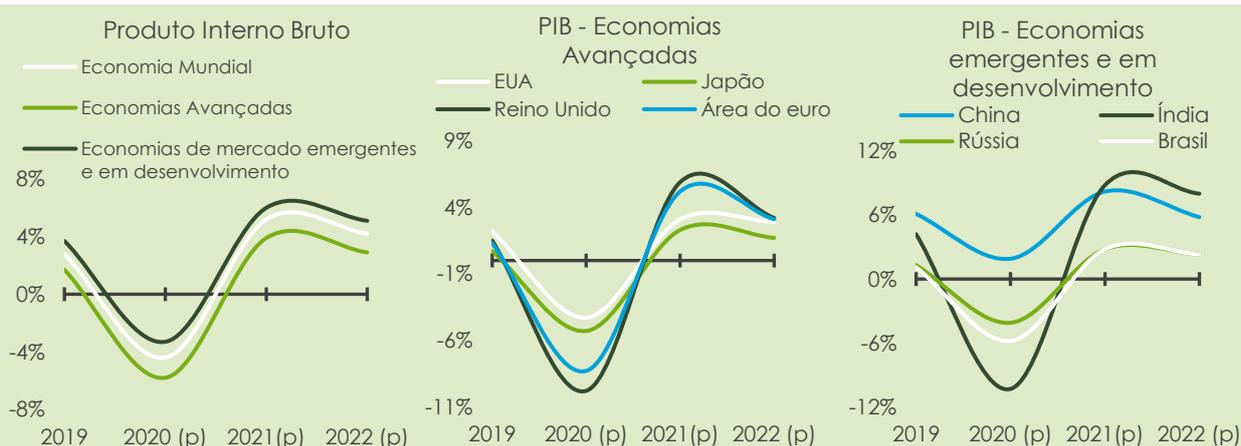
INTERNACIONAL

Segundo o relatório World Economic Outlook Update, da autoria do Fundo Internacional Monetário (FMI), a economia global sofreu um abrandamento de 4.4% no ano de 2020, num ano marcado pela incerteza. O FMI aponta o novo vírus SARS-CoV-2 como a principal causa desta desaceleração no crescimento global da economia. “As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB”, aponta o Banco de Portugal.

Com esta pandemia, pela primeira vez, tanto as economias avançadas como as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento experienciaram um crescimento negativo do PIB. No entanto, as economias individuais apresentam ainda assim diferenças substanciais entre elas, reflexo das medidas impostas por cada país.

Projeções do Fundo Monetário Internacional para o PIB | Taxa de variação anual (%)
World Economic Outlook

	outubro 2020			
	2019	2020 (p)	2021 (p)	2022 (p)
Economia Mundial	2,8%	-4,4%	5,2%	4,2%
Economias Avançadas	1,7%	-5,8%	3,9%	2,9%
EUA	2,2%	-4,3%	3,1%	2,9%
Japão	0,7%	-5,3%	2,3%	1,7%
Reino Unido	1,5%	-9,8%	5,9%	3,2%
Área do euro	1,3%	-8,3%	5,2%	3,1%
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	3,7%	-3,3%	6,0%	5,1%
China	6,1%	1,9%	8,2%	5,8%
Índia	4,2%	-10,3%	8,8%	8,0%
Rússia	1,3%	-4,1%	2,8%	2,3%
Brasil	1,1%	-5,8%	2,8%	2,3%

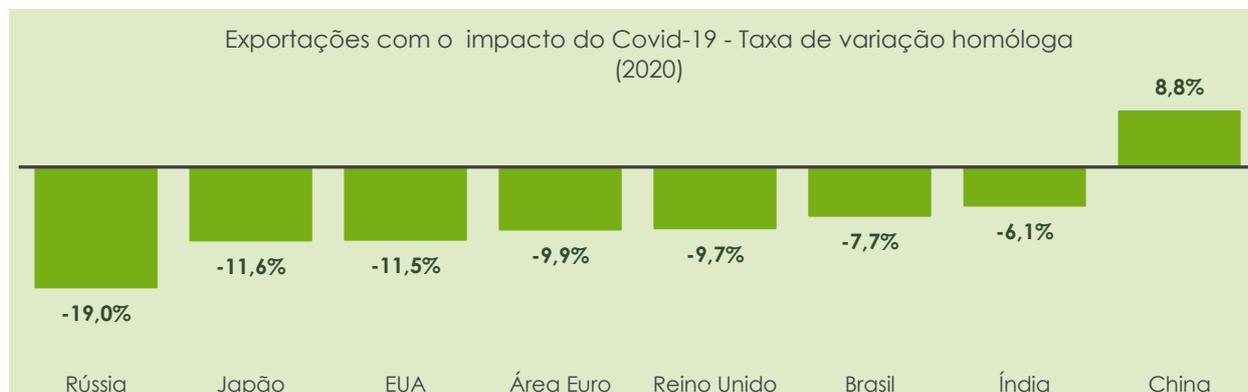


O FMI menciona que nas economias avançadas o crescimento em 2020 estima-se ser de -6.1%. Este crescimento negativo tem como principal causa os surtos de infeção pelo novo Coronavírus e as medidas de contenção que foram implementadas por estas economias que, consequentemente, condicionaram a oferta e reduziram a procura global de bens e serviços.

As economias de mercados emergentes e em desenvolvimento “enfrentam uma crise de saúde pública, um choque grave na procura externa, um aperto dramático nas condições financeiras globais e uma queda nos preços dos bens, que terá um impacto severo na atividade económica de exportações de bens”, refere o Fundo. É previsto que este grupo tenha um crescimento de -1% em 2020, com a exceção da China, que tem como previsão de crescimento de -2.2% para o mesmo ano.

Para o Brasil e para o México prevê-se uma taxa de crescimento negativa de 9.1% e 10.5% para 2020, respetivamente. Estes números resultam das dificuldades dos países da América Latina em lidar com o número elevado de infeções.

Vários países como Espanha, China, e Itália tiveram necessidade de estabelecer medidas mais apertadas para controlar os surtos de infeção. Medidas como o fecho de estabelecimentos que não fossem de venda de bens ou serviços de primeira necessidade e restrições de viagens. Consequentemente, essas e outras medidas de contenção, provocaram um abrandamento na atividade económica dos países.



Fonte: UNCTAD, Global Trade Update

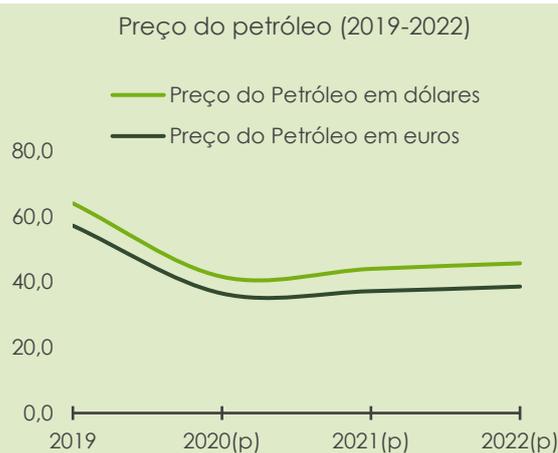
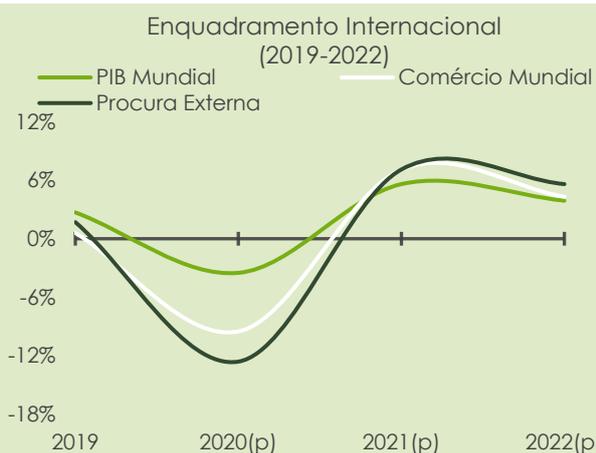
No segundo trimestre de 2020 assistiu-se a uma queda no comércio internacional, prevendo-se que o comércio global irá sofrer um decréscimo de 11.9% em relação a 2019. Esta diminuição reflete o impacto das medidas impostas, como os confinamentos, que fizeram com que grandes exportadores mundiais, como os Estados Unidos, Alemanha e a China, reduzissem a sua produção significativamente. Ao contrário do que aconteceu a maior parte dos países, a China estabilizou as suas exportações no segundo trimestre de 2020 e recuperou no terceiro trimestre, com taxas de crescimento que rondam os 9%. O Banco de Portugal prevê que em 2021 o comércio mundial irá crescer 7.1%, e que essa recuperação face a 2020 será condicionada pelos fluxos internacionais de turismo e transportes, e também pela reorganização das cadeias de produção globais.

Enquadramento internacional e respetivas projeções (2019-2023)

Projeções Banco de Portugal

		dezembro 2020				
		2019	2020(p)	2021(p)	2022(p)	2023(p)
Enquadramento internacional						
PIB Mundial	tv a	2,7%	-3,5%	5,6%	3,9%	3,4%
Comércio Mundial	tv a	0,6%	-9,5%	7,1%	4,3%	3,6%
Procura Externa	tv a	1,7%	-12,6%	7,1%	5,6%	3,7%
Preço do Petróleo em dólares	v ma	64,0	41,6	44,0	45,7	46,9
Preço do Petróleo em euros	v ma	57,2	36,5	37,2	38,6	39,7

Notas: tv a - taxa de variação anual (%); v ma - valor médio anual



A quebra do acordo da OPEP+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo, incluindo a Rússia e outros exportadores de petróleo não-OPEP) entre os fornecedores de petróleo teve um impacto no preço do petróleo. É expectável que os preços do petróleo permaneçam abaixo de 47 U.S. dólares o barril até 2023, o que significa que ficará 27% abaixo do preço médio de 2019 (64 dólares), refletindo a diminuição da procura pelo combustível. Com os preços dos combustíveis a sofrerem esta descida substancial, os países exportadores de petróleo, tal como a Rússia, a Arábia Saudita e a Nigéria, constataram uma redução dos rendimentos daí provenientes. O Banco de Portugal aponta para os próximos anos uma recuperação moderada da procura e menores cortes de produção, o que implicará aumentos limitados do preço do petróleo.

Os efeitos desta pandemia afetam a oferta de bens e serviços pelo fator trabalho não poder ser utilizado de forma eficiente. Mesmo com as medidas de teletrabalho e turnos rotativos para evitar aglomerados de pessoas, existirá uma quebra da produtividade. A procura de bens e serviços é também afetada pelas medidas de confinamento e pelos diversos estados de emergência que vários países adotaram, nos quais apenas comércios de bens essenciais têm permissão para abrir fisicamente as suas instalações. Estas duas realidades provocaram na vertente da oferta a falta de liquidez e desequilíbrio em diversos mercados, pelo excesso ou escassez de bens. A diminuição da procura e do consumo agrava a liquidez, uma vez que assim os stocks aumentam e o cash flow diminui. Consequentemente verifica-se o aumento do desemprego, apesar de todas as medidas impostas. Em alguns países com economias avançadas foram fornecidos pelo governo benefícios de desemprego, subsídios e empréstimos às famílias e empresas mais afetadas pelos efeitos económicos da pandemia, no entanto, muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, enfrentam a possibilidade de voltar à pobreza, refere a ONU. Na zona Euro, a tendência de crescimento do desemprego em relação a 2019 verificou-se. De acordo com as estatísticas do Banco de Portugal, no final do primeiro semestre do ano de 2020, a taxa de desemprego registada foi de 8.7%, em 2019 a taxa situava-se nos 7.6%. Com a incerteza relativa aos rendimentos futuros aliada ao risco relativo à perda de emprego, as poupanças das famílias aumentaram exponencialmente no ano de 2020, o que influenciou a queda no consumo privado. Na área Euro, o consumo privado no terceiro trimestre, atingiu um decréscimo de 16%, tendo um impacto significativo no PIB europeu.

As projeções da inflação em 2020 foram, no geral, revistas para números inferiores ao inicialmente estimado, para as economias avançadas. Por norma, isto reflete uma combinação de atividade mais fraca e preços dos bens mais baixos. O FMI considera que a inflação suba gradualmente em 2021 de forma consistente com a retoma da atividade que é prevista.

Os mercados financeiros das economias avançadas passaram por uma extrema volatilidade, “à medida que as incertezas persistiam e os primeiros esforços para conter a pandemia ficaram aquém das expectativas do mercado”, refere o Banco de Portugal. Os bancos centrais dessas economias responderam com cortes nas taxas de juro praticadas e com compras de ativos para injetar liquidez. Denotou-se um aumento da aversão ao risco por parte dos investidores, o que desencadeou elevadas saídas de capital de muitas economias em desenvolvimento, provocando grandes depreciações cambiais e condições de crédito mais apertadas.



Fonte: UNCTAD, World Investment Report 2020

Alguns setores foram afetados significativamente pelas interrupções económicas provocadas pela Covid-19. Segundo as previsões da UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), no segundo trimestre de 2020, o valor do comércio global nos setores automóvel e de energia foi cerca de metade o registado no mesmo período do ano de 2019. A hotelaria e restauração foram serviços gravemente afetados pelo impacto económico provocado pelo novo Coronavírus, sendo que a mesma fonte estima uma queda de 94% para esses serviços no ano de 2020. O minério e os serviços de transportes seguem a tendência de crescimento negativo, com uma previsão de queda da atividade económica em 70% e 63%, respetivamente, para o ano de 2020.

O comércio internacional teve um papel fundamental ao longo do ano de 2020. Os mercados mundiais contribuíram para a colmatação da procura global no que diz respeito a produtos e equipamentos médicos necessários no combate à Covid-19. Apesar da quebra da atividade económica observada em muitos dos setores, denotou-se um crescimento nas exportações de equipamentos e produtos médicos relacionado com o novo vírus SARS-Cov-2, designadamente em equipamentos de proteção, desinfetantes, kits de diagnóstico, ventiladores e outros equipamentos hospitalares relacionados. Entre janeiro e maio de 2020, as exportações provenientes da China, dos Estados Unidos e da Europa passaram de 25 mil milhões de dólares para 45 mil milhões de dólares por mês.

Na Europa – com as principais economias a serem as mais atingidas pela pandemia – a atividade económica cai 7.3% em 2020. As instituições europeias e governos nacionais impuseram medidas de políticas fiscais que equivalem a quase 10% do PIB europeu. Como medida de emergência, a Comissão Europeia acionou a cláusula de fuga do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), que limita os déficits fiscais nacionais a 3% do PIB e da dívida pública a 60% do PIB. O ritmo de recuperação esperado varia entre países, devido, entre outros fatores, ao peso na estrutura produtiva dos setores mais afetados pelo distanciamento social e o alcance da duração da resposta de política económica. As perspetivas futuras para a Europa segundo o Banco de Portugal, indicam que as condições financeiras globais irão permanecer favoráveis, as valorizações nos mercados acionistas encontram-se elevados em termos históricos e as taxas de rendibilidade da dívida pública encontram-se em níveis baixos.

A previsão do crescimento global para 2021 é de uma recuperação para 5.8%, espera-se a normalização da atividade económica que em 2020 atingiu níveis muito baixos. A expectativa de crescimento dos países com economias avançadas é de 4.5%, no entanto prevê-se que o crescimento dos países com economias em mercados emergentes e em desenvolvimento seja de 6.6%. As políticas monetárias e orçamentais, que foram determinantes na mitigação da crise pandémica, irão continuar a desempenhar um papel fundamental na recuperação da atividade económica.

No ano atípico de 2020, o setor farmacêutico desempenhou um papel fundamental em todo o mundo desde o início da pandemia. A contribuição da indústria farmacêutica no combate à Covid-19 passa por testes para despiste da infeção, ventiladores e outros dispositivos médicos, novas terapias e vacinas. A colaboração global entre as empresas farmacêuticas e os governos foi fulcral para ultrapassar os desafios impostos. A importância da cooperação refletiu-se no tempo record de realização da vacina, em menos de 12 meses foram desenvolvidas e autorizadas as vacinas que começaram a ser utilizadas no início do ano de 2021.

Com a possibilidade das vacinas atualmente autorizadas não serem eficazes em possíveis mutações futuras, é necessário que a pesquisa e desenvolvimento continue. Assim, o setor farmacêutico ao longo do ano de 2021 continuará a desempenhar um papel com grande importância em todo o mundo, tanto no desenvolvimento e pesquisa das vacinas como também na sua produção, para que a sua administração seja rápida e o mais abrangente possível.

O final do ano de 2020 foi marcado pelo começo do processo de administração das vacinas autorizadas na União Europeia. A Comissão Europeia autorizou a utilização das vacinas das farmacêuticas BioNTech-Pfizer, Moderna e AstraZeneca, tendo aprovado contratos entre as três farmacêuticas relativamente à aquisição de doses das vacinas por estas produzidas. A estratégia de vacinação adotada na UE sublinha elementos chave que os países europeus devem adotar para que a mesma seja efetiva, tais como o fácil acesso por parte de toda a população, capacidade de transporte e armazenamento com refrigeração adequada, e uma comunicação clara sobre a importância e os benefícios da vacinação. A Comissão Europeia aconselha a que haja grupos prioritários para a vacinação, em que se incluem os profissionais de saúde, pessoas com mais de 60 anos, pessoas que tenham problemas de saúde que as colocam em risco e pessoas que não consigam manter distância social no local de trabalho.

Nos Estados Unidos da América a vacinação começou em dezembro de 2020. As duas vacinas utilizadas pertencem à farmacêutica BioNTech- Pfizer e à Moderna, que requerem a administração de duas doses. Tal como na Europa, os EUA priorizam a vacinação de pessoas que tenham mais de 65 anos e também as que contraem problemas de saúde que as colocam em risco em caso de infeção. No início de janeiro de 2021 foram vacinados 700 000 americanos por dia e, segundo Alex Azar, Secretário dos Serviços de Saúde, prevê-se que para os primeiros meses do ano de 2021 sejam vacinados 1 milhão de americanos por dia.

Segundo uma publicação do jornal The New York Times baseada em projeções da Universidade de Oxford, mais de 151,4 milhões de doses de vacinas foram administradas até meados de fevereiro de 2021 em todo o mundo, o que equivale a 2 doses por cada 100 pessoas. Israel é o país com mais doses administradas de todo o mundo, tendo um rácio de 67,7 doses administradas por 100 pessoas. Em contraste, o país com menos doses administradas é a Argélia, que administrou o total de 30 doses por todo o país, menos de 0,1

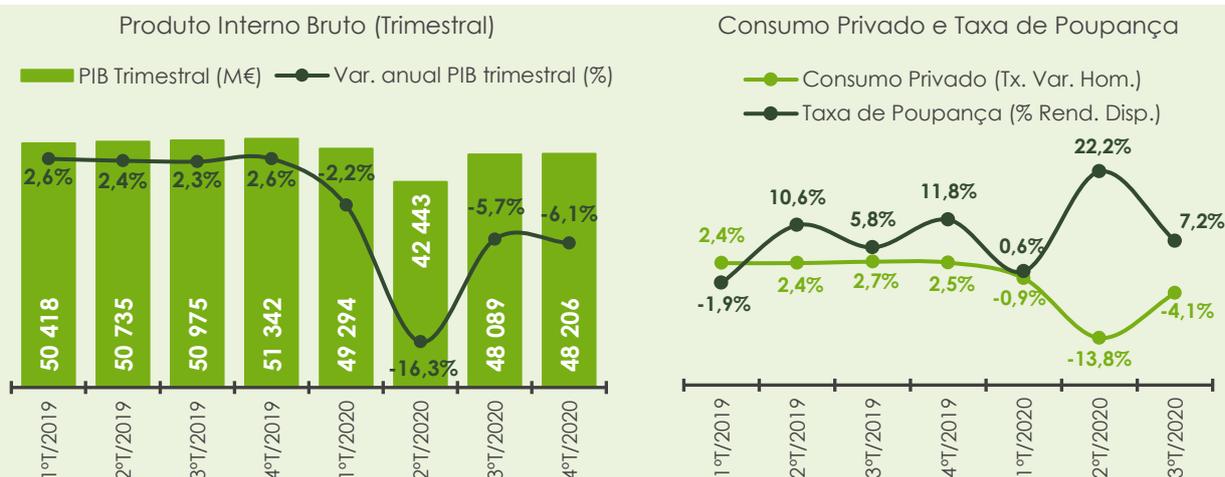
doses por 100 pessoas. Estes dados mostram que desde o início da vacinação global existe uma grande disparidade nos programas de vacinação de país para país. O programa Covax permite atenuar essa disparidade, sendo que o objetivo é fornecer até ao final do ano de 2021 2 bilhões de doses de vacinas a países mais desfavorecidos.

Fontes: FMI; UNCTAD; Banco de Portugal; INE.

Em Portugal

De acordo com o Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá cair 8.1% no ano de 2020. Esta diminuição resulta da redução da procura interna, e das exportações, destacando-se o contributo negativo das exportações de serviços, em particular serviços relacionados com o turismo, um dos setores que foi gravemente afetado devido à pandemia COVID-19. A dívida pública portuguesa, em outubro de 2020, "atingiu o valor de 268 146 milhões de euros, (...) mais 18 161 milhões de euros do que no final de 2019", segundo a mesma fonte.

As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano de 2020. Apesar de alguns setores terem sido mais afetados que outros, a COVID-19 afetou de forma geral e significativa toda a atividade económica portuguesa ao longo do ano de 2020, refletindo-se essa tendência negativa nos indicadores económicos e na generalidade dos componentes do PIB português.

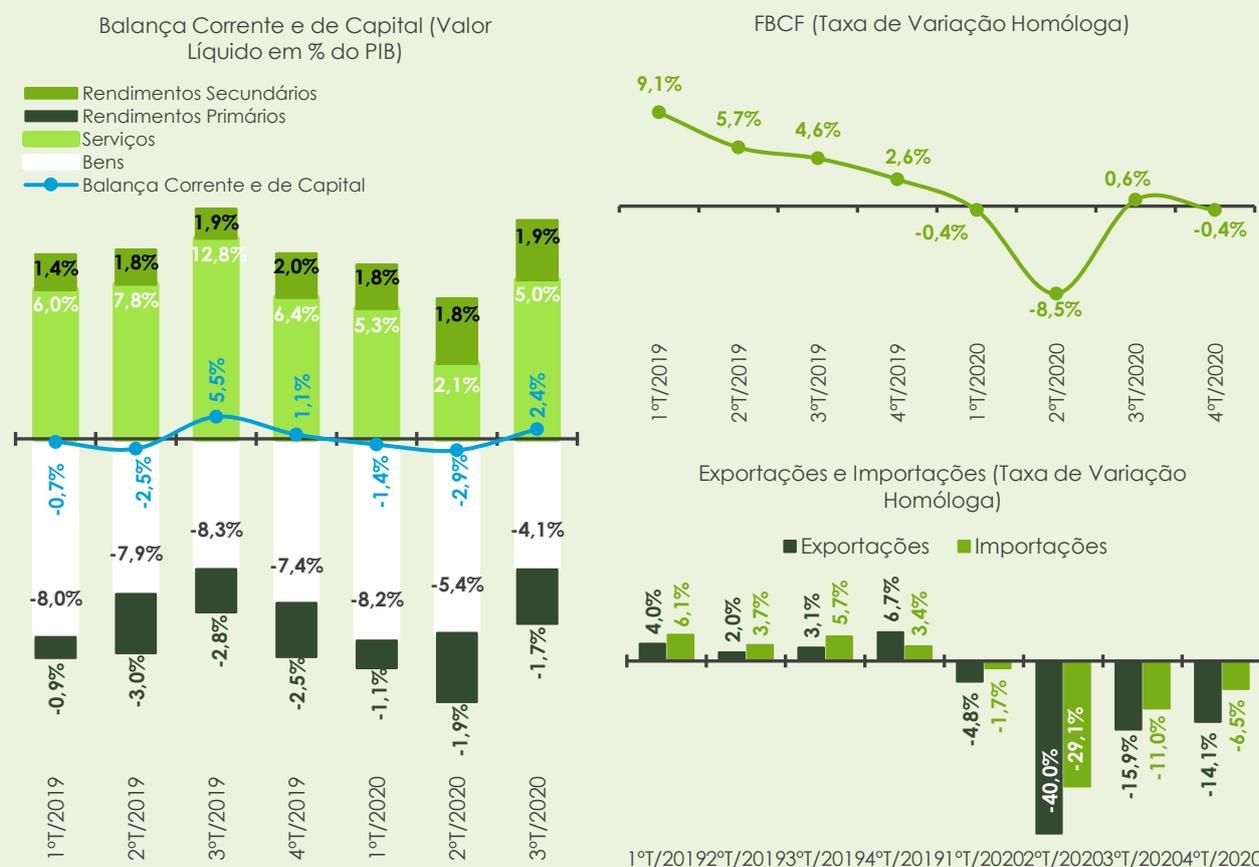


O consumo privado apresenta em 2020 uma diminuição substancial, de -6.8%, em relação ao ano de 2019, ano em que esta componente da procura cresceu em 2.4%. A atual crise pandémica afetou significativamente o comportamento das famílias em relação à despesa no primeiro semestre de 2020, apresentando uma variação de -15.4% em termos acumulados em relação ao final de 2019. No início de 2020, com a pandemia, observaram-se efeitos diferenciados no consumo das famílias. O consumo de bens essenciais aumentou ao contrário da despesa em bens duradouros e em serviços, que diminuiu.

Apesar de se estimar uma redução de 2.8% da FBCF no ano de 2020, Portugal apresenta uma posição mais favorável que a generalidade dos países europeus em relação à Formação Bruta de Capital Fixo, o que reflete o crescimento do setor da construção. Este setor mostrou-se resiliente perante os constrangimentos causados pela pandemia COVID-19. As associações AICCOPN e a AECOPS revelam que este crescimento se deve à elevada procura nacional e internacional do segmento residencial no ano de 2020, aliada às taxas de juro historicamente baixas.

O investimento público, até outubro de 2020, cresceu 36.5% em termos homólogos. Este crescimento reflete a aceleração do investimento na saúde e nas infraestruturas de transporte público, nomeadamente das Infraestruturas de Portugal e Metro de Lisboa. No caso da saúde, o investimento cresce 74%, o que corresponde a mais de 82 milhões de euros, tendo ultrapassado em setembro de 2020 o total de todo o ano de 2019. O forte investimento na saúde foi efetuado no âmbito do combate à pandemia, especialmente na aquisição de material médico para as Unidades de Cuidados Intensivos dos Hospitais. O BdP prevê que esta tendência positiva se mantenha no futuro, beneficiando do aumento esperado dos recebimentos de fundos europeus.

Em contraste, o investimento privado até ao terceiro trimestre de 2020 denota uma tendência de crescimento negativa, o que reflete os efeitos da pandemia COVID-19 na atividade económica. A instabilidade da atividade económica levou ao cancelamento ou adiamento das decisões de investimento por parte das empresas.



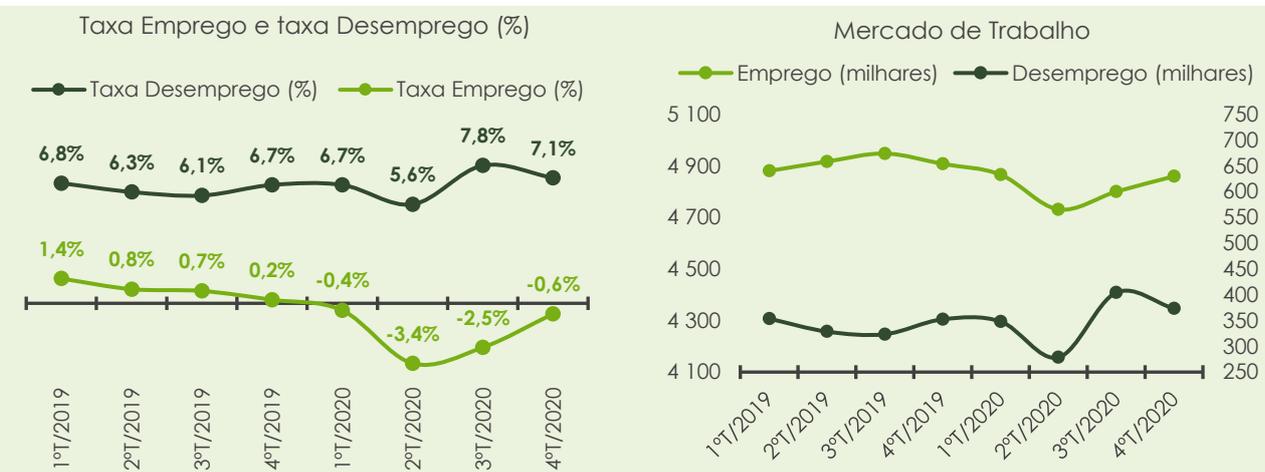
Em termos de exportações verifica-se uma redução até ao terceiro trimestre de 2020, conforme mostram os dados relativos ao comércio internacional de bens, disponibilizados pelo INE. Com a pandemia COVID-19, verificou-se uma queda mais acentuada de 41.2% no primeiro semestre de 2020 face ao final de 2019, contudo, as exportações foram recuperando de forma pronunciada até ao final do terceiro trimestre de 2020, o que reflete o comportamento da componente de bens. As exportações de bens, no terceiro trimestre de 2020, aumentaram 1.5% em termos homólogos, destacando-se em particular a componente de bens de equipamento. Ao contrário das exportações de bens, as exportações de serviços apresentaram uma recuperação bastante reduzida, registando-se uma diminuição de 42.2% no terceiro trimestre (-57.3% no final do segundo trimestre).

As importações de bens e serviços reduziram em 2020, tendo sido registada no terceiro trimestre uma queda de 11.4%. Segundo o Banco de Portugal, espera-se que aumentem 8.8% em 2021, acompanhando a recuperação prevista da procura global ponderada. Tal como as exportações, as importações de bens recuperam mais rapidamente do que as importações de serviços, mantendo-se as últimas condicionadas pela evolução do turismo.

A balança corrente e de capital apresentou em 2020 um saldo negativo, representando -0.6% do PIB. Este resultado representa uma deterioração dos saldos da balança de serviços e da balança de rendimentos secundárias, que são parcialmente compensados por uma melhoria no saldo da balança de bens e na balança de rendimentos primários. Com a deterioração do saldo da balança de serviços, verificou-se uma necessidade de financiamento. No entanto, em novembro de 2020, registou-se uma capacidade de financiamento da balança corrente e de capital de 5 milhões de euros, favorecido pelo recebimento de fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-20.

Segundo os dados do INE, durante o ano de 2020, assistiu-se a um decréscimo da população empregada em relação a 2019. A taxa de desemprego em 2020 foi de 6.8%, o que corresponde a um aumento de 0,3 p.p. em relação ao ano de 2019. Apesar de no segundo trimestre de 2020 ter-se assistido a uma redução de 3.4% em termos homólogos, considerando a pandemia, era esperado um decréscimo mais acentuado tendo em conta a relação entre emprego e atividade observada em recessões anteriores. Este decréscimo

mais moderado do que o previsto reflete o impacto das medidas de apoio às empresas, em especial, o regime de layoff simplificado e os apoios aos trabalhadores independentes. No início do ano de 2021, o Ministro de Estado e das Finanças, João Leão, refere que estas medidas de apoio aplicadas em 2020, se estenderão enquanto a atividade das empresas e dos trabalhadores for comprometida pela pandemia COVID-19. O Governo, em 2021, alargou o layoff, criou o apoio simplificado às microempresas, ampliou o apoio à retoma progressiva, alargou o programa Apoiar e reativou as medidas de apoio do primeiro confinamento para os trabalhadores independentes.



De acordo com as projeções do Banco de Portugal, prevê-se para o período de 2021-23, que a recuperação do PIB seja mais rápida - no entanto gradual e diferenciada entre setores - do que a observada na sequência da recessão 2011-13. Esta recuperação deve-se ao controlo gradual da pandemia, à diminuição da incerteza e ao apoio das medidas de política económica. Em 2021 é esperado um crescimento de 3.9%, 4.5% para 2022 e de 2.4% para 2023.

O nível pré-crise das exportações será alcançado em 2023, as exportações de bens irão aumentar 13.6% em 2021, mas o crescimento irá desacelerar em 2022 e 2023 (crescendo, respetivamente, 5.5% e 3.6%). Contudo, as exportações de serviços terão uma recuperação mais lenta, em particular os fluxos de turismo, causada pelas medidas de distanciamento sociais aliadas à incerteza que ainda possa existir.

A procura externa dirigida a Portugal em 2020, é prevista que diminua 12.6%, assumindo-se que, a partir de 2021, o comércio entre a União Europeia e o Reino Unido passe a reger-se de acordo com as condições impostas na Cláusula da Nação mais Favorecida estabelecida no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o que implicará maiores barreiras ao comércio entre as regiões e irá contribuir para este decréscimo na procura externa dirigida a Portugal.

A balança de bens e serviços irá verificar uma deterioração adicional em 2021, uma vez que foi gravemente afetada pelo impacto da pandemia. Para 2022 e 2023, com o esmorecimento dos efeitos pandémicos, espera-se uma melhoria projetando-se um saldo de 0.1% em 2023. Em relação à balança de rendimentos e de capital prevê-se um aumento de excedente de 2.3%, em média, para o período de 2021-23. Estas recuperações previstas baseiam-se no recebimento de fundos europeus, que irão auxiliar de forma significativa a evolução da capacidade de financiamento da economia portuguesa. É esperado o recebimento de fundos da União Europeia num montante equivalente a 3.7% do PIB, em média, no período de 2021-23.

A FBCF residencial deverá manter-se resiliente, tendo para isso contribuído, segundo o BdP, "as condições financeiras favoráveis, a atratividade deste ativo como aplicação de poupança e a manutenção da procura por não residentes em alguns segmentos." O crescimento do investimento público prevê-se que seja positivo ao longo dos próximos anos, mantendo dinâmico e beneficiando do aumento prospetivado dos recebimentos de fundos europeus.

O investimento privado, que em 2020 reduziu, espera-se que recupere nos próximos anos acompanhando a retoma da procura. Nesta recuperação têm um papel importante as medidas de apoio à situação das empresas devido aos efeitos negativos provocados pela pandemia COVID-19, as medidas de política monetária, os fundos europeus, e o dinamismo do investimento público.

É previsto que com a dissipação das medidas de contenção e da incerteza acerca da pandemia, o consumo privado retome a trajetória de recuperação em 2021. Esta previsão é sustentada por fatores como

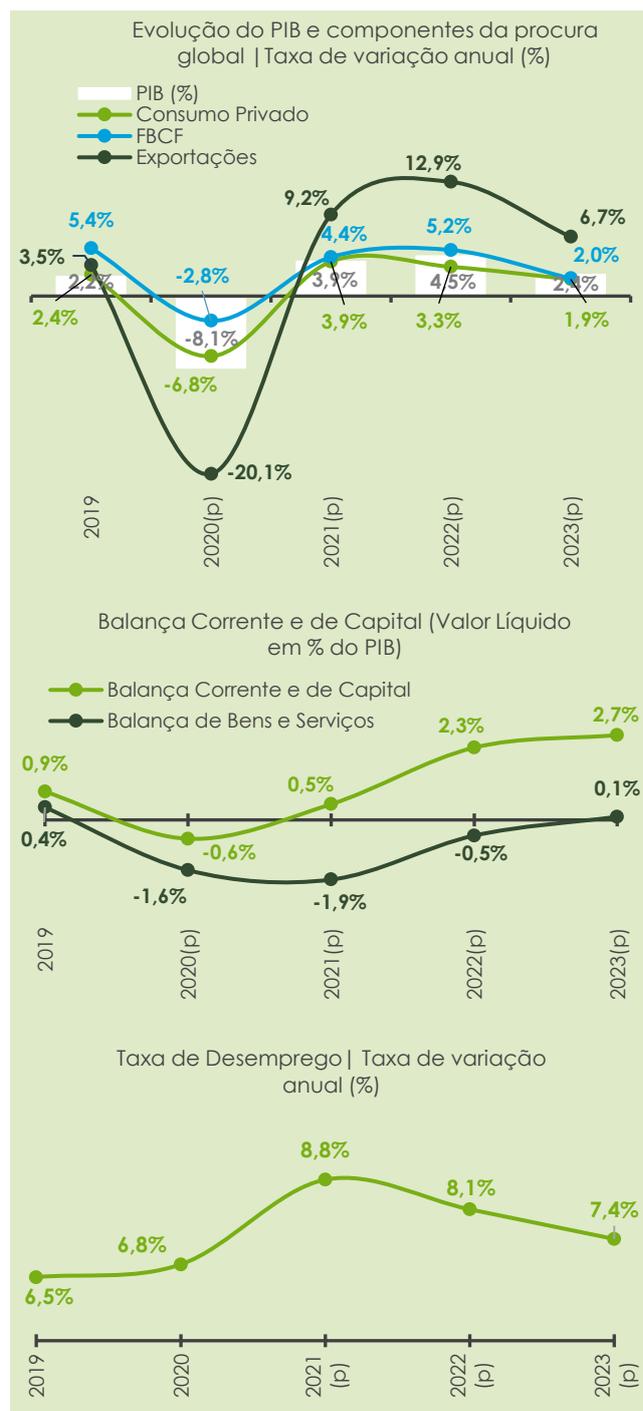
a melhoria gradual do mercado de trabalho e do rendimento, e a manutenção de condições favoráveis de financiamento. Com a taxa de poupança a atingir níveis elevados em 2020, assim como alguma incerteza que ainda possa estar presente e a taxa de desemprego acima do nível pré-pandemia, prevê-se que a taxa de poupança em 2021 terá uma tendência decrescente em relação ao observado em 2020, mas permanecerá acima do observado em 2019.

No ano de 2020 a atividade económica em todo o mundo foi extremamente afetada pela COVID-19 e pelas medidas de contenção que foram impostas como efeito da pandemia. As perspetivas económicas continuam envolvidas num grau elevado de incerteza, uma vez que estão dependentes da evolução do vírus e da eficiência da vacinação.

No mês de janeiro de 2021, com o segundo confinamento imposto devido à pandemia, a atividade económica do país sofreu uma nova quebra em cerca de 13%, o que reflete o impacto negativo das restrições económicas e os desafios económicos futuros, ainda que a quebra seja menor do que na primavera de 2020. Com isto, embora as projeções para 2021 sejam de retoma da atividade económica no terceiro trimestre do mesmo ano, o ritmo irá ser condicionado pelo nível de controlo da pandemia, uma vez que é necessário que as restrições económicas sejam levantadas, pelo impacto que a crise teve sobre a capacidade produtiva e pela necessidade de reafecção de recursos entre setores e empresas.

A pandemia COVID-19, assim como as medidas de contenção que foram impostas devido à mesma, levaram ao aumento do endividamento, público e privado, e do risco de crédito. Este aumento de endividamento impõe desafios futuros à economia portuguesa e, por isso, a atuação das políticas, quer nacionais quer supranacionais, terão um papel fundamental na recuperação de setores gravemente afetados e da economia portuguesa na generalidade.

Fontes: INE; Banco de Portugal; Gov; Eurostat.



05 ENQUADRAMENTO SETOR FARMACÊUTICO

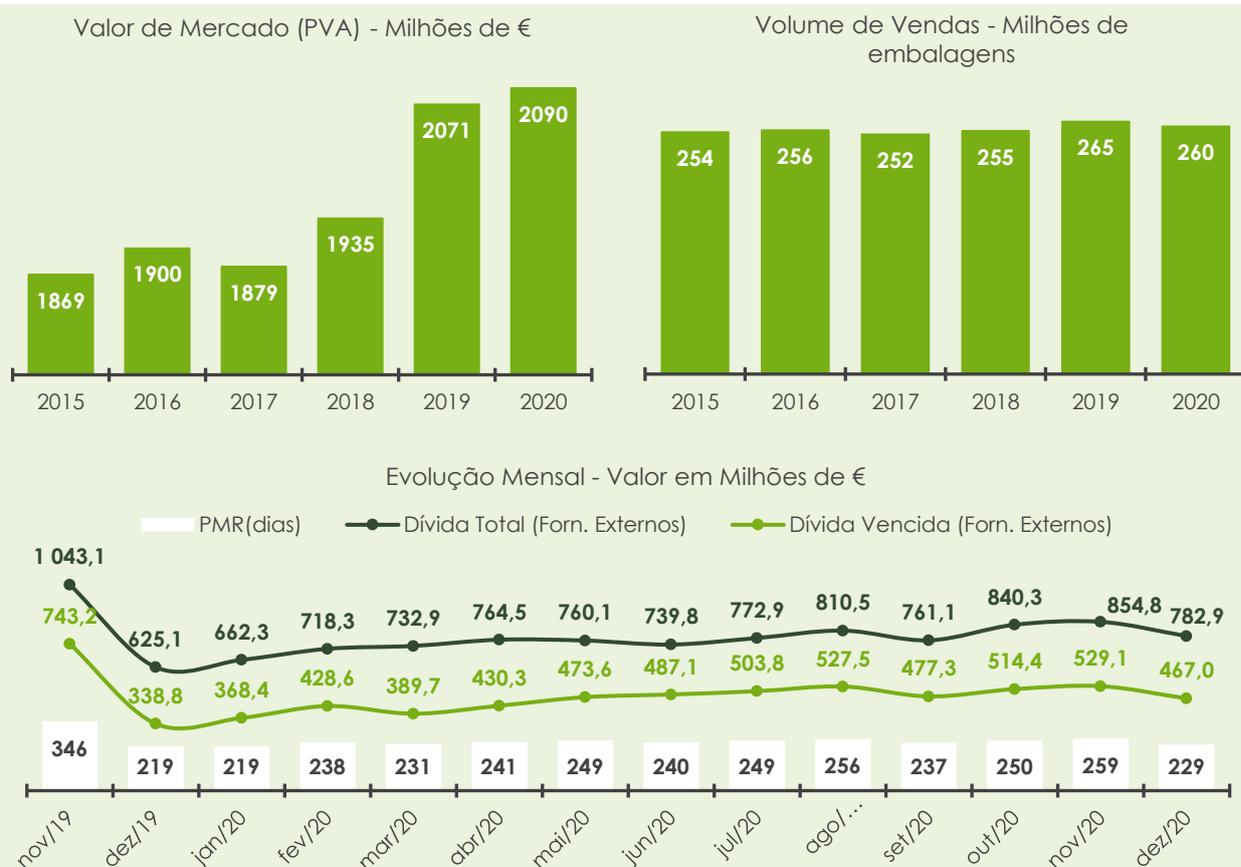
De acordo com a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA), o mercado ambulatorio registou, no ano de 2020, vendas de 2.090,2 M€ que representam um crescimento homólogo de 0,9% face a 2019. No mesmo período totalizou a venda de 259,9 milhões de embalagens, -1,9% em relação a 2019.

Este crescimento foi impulsionado pelo aumento, em valor, do segmento de mercado dos medicamentos originais, e pelo crescimento do segmento dos genéricos.

O mercado compartilhado em setembro de 2020 representou 80.4% do valor do mercado ambulatorio total, com um crescimento homólogo de 3.0% em valor e de 1.0% em volume. O mercado concorrencial apresentou um crescimento de 2.6%.

No ano de 2020, as classes terapêuticas, continuam a ocupar o Top 10 de vendas, em valor. Incluem os medicamentos utilizados no tratamento das doenças crônicas mais comuns. A classe dos antidiabéticos orais inibidores da DPP-IV ocupam o primeiro lugar, com uma quota de 11.9%, o segundo e terceiro lugar é ocupado pelos anti hipertensores e pelos antiasmáticos, com igual quota de 9.8%.

O mercado dos genéricos, até setembro de 2020, totalizou 323,7 M€ em vendas, o que representa uma variação homóloga de 3.7%, em resultado da dispensa de 67,8 milhões de embalagens, correspondendo a uma variação homóloga de 3.6%. O preço médio unitário (PVA) é de 4,92€, representando um aumento de 0.1%, face ao mesmo período de 2019.



Segundo a monitorização da APIFARMA, a dívida total das entidades públicas à Indústria Farmacêutica diminuiu em dezembro para os 782,9 milhões de euros, menos 71,9 milhões de euros em relação a novembro. A redução de -8.4% em relação ao mês anterior derivou dos pagamentos extraordinários por parte do Ministério da Saúde, realizados no final do ano de 2020.

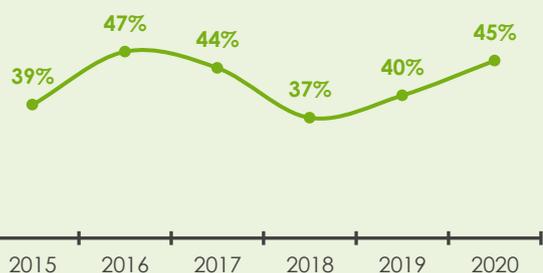
A dívida vencida diminuiu para 467 milhões de euros, menos 62,1 milhões face a novembro, acompanhando a dinâmica da dívida total. A dívida vencida representa agora cerca de 60% do valor da dívida total. No mês de dezembro o prazo médio de recebimento diminuiu em relação ao mês de novembro em 30 dias, tendo sido registado um PMR de 229 dias.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) totalizou uma despesa de 10.269,5 M€, em novembro de 2020, o que representa um crescimento homólogo de 6.0% (mais 578 M€). O aumento da dívida reflete o aumento das despesas na rubrica de material de consumo clínico, dos fornecimentos externos e no aumento de encargos associados à prevenção e tratamento da doença Covid-19.

Exportações e Importações na Indústria Farmacêutica



Rácio Exp / Imp (%)

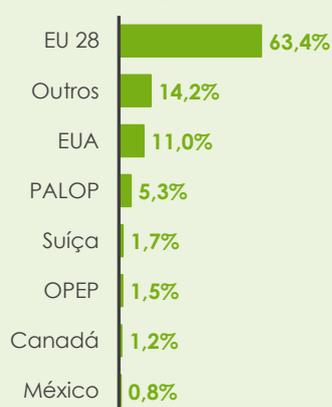


No ano de 2020 registaram-se 1.380 M€ em exportações de matérias primas e produtos farmacêuticos, face ao ano de 2019, o que traduz um crescimento de 22% (mais 250 M€). No mesmo período, como principal destino de exportação destaca-se a União Europeia-28, sendo este o principal destino com 63.4% das exportações totais.

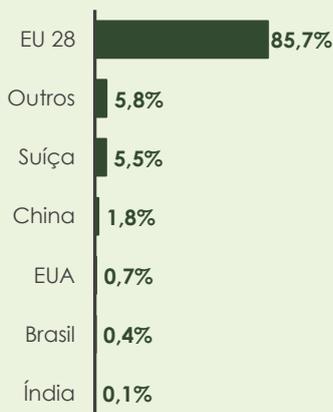
As importações de matérias primas e produtos farmacêuticos, em 2020, também aumentaram em relação ao ano de 2019, perfazendo um total de 3.047 M€, mais 8.8% em termos homólogos. Tal como nas exportações, a União Europeia-28 no ano de 2020 foi a principal origem de importações, preenchendo 85.7% do total.

Segundo a Health Cluster Portugal, no ano de 2020 as exportações na área da saúde cresceram 11.11%, face a 2019, contrariando a tendência decrescente observada na balança comercial portuguesa no mesmo ano. Este crescimento nas exportações corresponde a 1.749 milhões de euros, cerca de mais 250 milhões do registado no ano de 2019, o que reflete um setor em permanente crescimento, mesmo durante a pandemia COVID-19.

Principais Destinos de Exportação (2020)



Principais Origens de Importação (2020)



Nº Ensaios Clínicos Submetidos



Pedidos de Alteração Substancial (PAS)



De acordo com o Infarmed, no ano de 2020, foram submetidos 187 ensaios clínicos, dos quais 155 foram autorizados. Até ao terceiro trimestre do mesmo ano, foram autorizados 470 dos 479 Pedidos de Alteração Substancial (PAS) submetidos, tendo o tempo médio de resposta reduzido para 16 dias em relação aos 21 dias registados no ano de 2019.

Com a proliferação mundial da COVID-19, o setor farmacêutico foi considerado um fator indispensável, tendo aumentado rapidamente os stocks de produtos com grande procura para conseguir dar resposta às necessidades impostas. Perante a pandemia SARS-CoV-2, este setor tornou-se essencial por assegurar a disponibilidade de produtos e dispositivos médicos, disponibilidade esta que só foi possível devido à rápida reação das farmacêuticas, ao seu *know-how* e espírito de cooperação por toda a cadeia de fornecimento. O espírito de cooperação tornou-se um elemento chave no combate à COVID-19. Sem a cooperação entre as autoridades de saúde, governos e produtores não teria sido possível assegurar as necessidades de forma tão rápida e eficiente, assim como não seria possível o desenvolvimento de vacinas no período de tempo recorde observado de menos de 12 meses.

A pesquisa para a vacina tornou-se uma prioridade mundial para as empresas da indústria farmacêutica. Durante o ano de 2020 foram inúmeras as notícias publicadas acerca de ensaios clínicos e de possíveis vacinas que poderiam surgir para combater a COVID-19. No final do ano de 2020, as farmacêuticas Pfizer/BioNTech, Moderna (que se baseia na mesma tecnologia da Pfizer) e AstraZeneca, anunciaram os resultados da terceira fase de ensaios clínicos referindo que as vacinas que desenvolveram teriam uma eficácia de 90% para as primeiras duas, e de 70% para a última.

A vacina da Pfizer/BioNTech começou a ser distribuída por toda a UE no dia 27 de dezembro de 2020, assim como foi aprovada nos Estados Unidos, tal como a da Moderna. As duas vacinas são produzidas com a técnica de ARN-mensageiros (ARNm), sendo esta a primeira vez que tal acontece.

No ano de 2020, mais de duas centenas de vacinas da COVID-19 entraram em fase de desenvolvimento. As vacinas podem ter resultados diferentes e existe a possibilidade de as vacinas que estão autorizadas não consigam combater as várias variantes identificadas do vírus. Por essas razões, é fundamental que a pesquisa e desenvolvimento de novas vacinas para combater a COVID-19 continue.

As vacinas que estão a ser produzidas para a COVID-19 demoraram menos de 12 meses a ser desenvolvidas e autorizadas, o que se traduz na vacina mais rápida alguma vez realizada. Este tempo recorde só foi possível pela partilha de informação e colaboração entre cientistas e governos, e pelo processo de "avaliação contínua" no qual as farmacêuticas foram partilhando com o regulador os resultados dos ensaios clínicos.

De acordo com uma publicação da revista Forbes em janeiro de 2021, Moncef Slaoui, chefe do programa federal de vacinação COVID-19 dos EUA, refere que apesar de estar confiante de que o vírus vai ser controlado teremos que nos manter vigilantes acerca da COVID-19 no futuro e que não deve ser esquecido. Por esta razão, a indústria farmacêutica prepara-se para um quadro em que o Coronavírus se considera de longa duração e recorrente, devido às variantes do vírus Sars-CoV-2 que se desenvolveram e a futuras que podem ainda desenvolver-se.

Stephane Bancel, CEO da Moderna, adota a mesma tese de Moncef Slaoui acrescentando que a empresa irá lidar com a COVID-19 como uma doença duradoura e, por isso, o objetivo é acompanhar o desenvolvimento das variações e mutações que o vírus possa ter para que consigam rapidamente evoluir a sua vacina e proteger a população. Angela Hwang, presidente dos biofarmacêuticos da Pfizer, complementa esta questão referindo que estão otimistas em relação à vacina e ao que conseguirão fazer para responder às várias mutações que possam surgir. Tal como Moncef Slaoui e Stephane Bancel, Hwang acredita que seja um vírus que estará presente no futuro e por isso afirma que continuarão a fazer pesquisas a longo prazo.

É esperado que o crescimento da procura em relação à capacidade de produção observada em 2020 continue essa tendência em 2021. Esta necessidade de capacidade de produção está relacionada com a produção das vacinas COVID-19. A produção das vacinas COVID-19 irá ocupar uma grande percentagem da capacidade de produção global e, por isso, é necessário que haja capacidade de produção dos outros produtos farmacêuticos para conseguir dar resposta à procura.

As infraestruturas que foram construídas para a distribuição e armazenamento das vacinas COVID-19, trarão benefícios a longo prazo no que diz respeito à acessibilidade da medicina de precisão. Um benefício adicional é também a capacidade de distribuição e armazenamento a temperaturas ultra baixas que irá encurtar, ou mesmo eliminar, a necessidade de testes de estabilidade de muitos tipos de medicamentos, o que por norma requer meses de teste. Apesar do gelo seco continuar a desempenhar um papel importante

na distribuição em maior escala, este tipo de distribuição a temperaturas ultra baixas trará benefícios no que respeita a armazenamentos de longo prazo em farmácias e estabelecimentos de saúde, contornando as questões de segurança e responsabilidade associadas ao gelo seco.

Com a crescente necessidade de produtos inovadores para tratamento de doenças crónicas, espera-se que muitos sejam administrados por meio de seringas pré-cheias. Este crescimento está relacionado com a tendência verificada na última década de autoadministração no próprio domicílio de injetáveis estéreis. Até 2026 prevê-se que o mercado de seringas pré-cheias atinja 9,53 biliões de dólares, o que revela uma taxa de crescimento anual de 10.4%.

Ao longo do ano de 2020 o setor farmacêutico tornou-se um setor essencial, uma vez que desempenhou um papel de extrema importância no combate à pandemia COVID-19. Sem a rapidez de atuação e distribuição dos produtos farmacêuticos para assegurar a colmatação da procura, sem a capacidade de comunicação entre toda a cadeia de fornecimento e governos, não teria sido possível o tempo recorde de desenvolvimento da vacina para combater a infeção. Por estas razões o setor farmacêutico em 2021, e anos futuros, revela-se de grande importância e irá continuar a desempenhar um papel imprescindível em todo o mundo.

Fontes: APIFARMA; Infarmed; Industrywired; McKinsey; Pharmamanufacturing.

06 ANÁLISE ECONÓMICA

valores em euros	2020	2019	Var. %
Rendimentos Operacionais	16 963 217	11 464 820	48,0%
Resultado Bruto	5 739 840	3 826 652	50,0%
EBITDA	1 362 864	399 096	>100%
margem EBITDA	8,05%	3,48%	4,57 pp
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	130 201	63 518	105,0%
EBIT	1 232 664	335 578	>100%
margem EBIT	7,28%	2,93%	4,35 pp
Resultados financeiros	(14 627)	(13 943)	-4,9%
Resultados antes de impostos	1 218 036	321 635	>100%
Resultado líquido do período	912 171	203 776	>100%

6.1 VOLUME DE NEGÓCIOS

Em 2020, o volume de negócios registou um crescimento de 47.7% para os 16.936.486 euros, comparativamente aos 11.464.820 euros registados no ano 2019. Sendo que parte significativa deste crescimento esteve diretamente relacionado com a resposta às oportunidades criadas no âmbito da pandemia Covid-19.

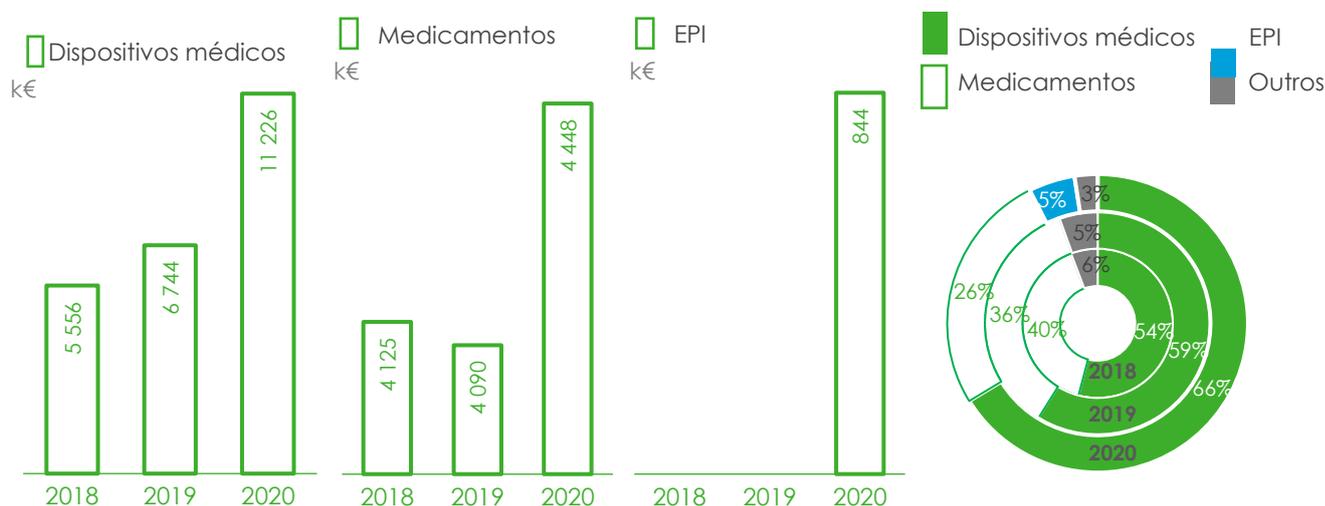
volume de negócios	2020		2019		Var. %
	euros	Peso %	euros	Peso %	
Dispositivos Médicos	11 226 189	66,3%	6 744 373	58,8%	66,5%
Medicamentos	4 447 635	26,3%	4 090 484	35,7%	8,7%
EPI	843 874	5,0%	-	-	-
Outros	418 787	2,5%	629 964	5,5%	-33,5%
	16 936 486	100,0%	11 464 820	100,0%	47,7%

Em 2020, a venda de Dispositivos Médicos ascendeu a 11.226.189 euros, registando um crescimento de 66.5%, relativamente ao ano de 2019. O desempenho positivo registado nas vendas de Dispositivos Médicos

permitiu reforçar o contributo deste segmento para o volume de negócios, que em 2020 ascendeu a 66.3%, comparativamente aos 58.8% registados em 2019.

A venda de Medicamentos ascendeu a 4.447.635 euros, registando um crescimento de 8.7%, relativamente ao ano 2019. Os Medicamentos representam 26.3% do volume de negócios comparativamente aos 35.7% registados em 2019.

Em 2020, a venda de EPI's ascendeu a 843.874 euros, este aumento é resultado da resposta às necessidades face à pandemia COVID-19. Os EPI's representam 4.98% do volume de negócios em 2020.



6.2 RESULTADOS

Os resultados brutos registaram um aumento de 50%, para 5.739.840 euros relativamente aos 3.826.652 euros, registados no ano de 2019. A margem bruta ascendeu a 33.9%, registando um ajustamento positivo de 0,5p.p. comparativamente a 2019.

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registaram um aumento superior a 100% para 1.362.864 euros evidenciando um ajustamento positivo na margem de 4,57p.p. relativamente ao ano de 2019. Não obstante, este ajustamento é influenciado negativamente pela constituição de imparidades no montante de 900.000 euros referente ao processo de importação de equipamentos de proteção, nomeadamente máscaras.

Os resultados antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT) registaram um aumento superior a 100% para 1.232.664 euros, evidenciando um ajustamento na margem de 4.35 p.p. relativamente ao ano de 2019.

Os gastos com depreciações ascenderam a 130.201 euros, registando um aumento de 105% face ao ano de 2019, justificado pela depreciação de instrumentos de cirurgia.

valores em euros	2020	2019	Var. %
Juros e gastos similares suportados	(14 627)	(13 943)	-4,9%

Em 2020, os resultados financeiros registaram um movimento negativo de 685 euros para 14.627 euros negativos, relativamente ao ano 2019, que havia registado 13.943 euros negativos.

6.3

INVESTIMENTO

O investimento em 2020 ascendeu a 108.378 euros, a que corresponde um aumento superior a 100% face a 2019.

O investimento em ativos fixos tangíveis ascendeu a 106.113 euros, registando um aumento superior a 100% comparativamente a 2019, justificado essencialmente pela aquisição de instrumentos de cirurgia para a área de cirurgia da coluna.

O investimento em ativos intangíveis ascendeu a 2.265 euros, registando uma diminuição de 18.5% comparativamente a 2019.

valores em euros		2020	2019	Var. %
Investimentos	Ativos fixos tangíveis	106 113	18 460	>100%
	Ativos intangíveis	2 265	2 778	-18,5%
		108 378	21 238	>100%

6.4

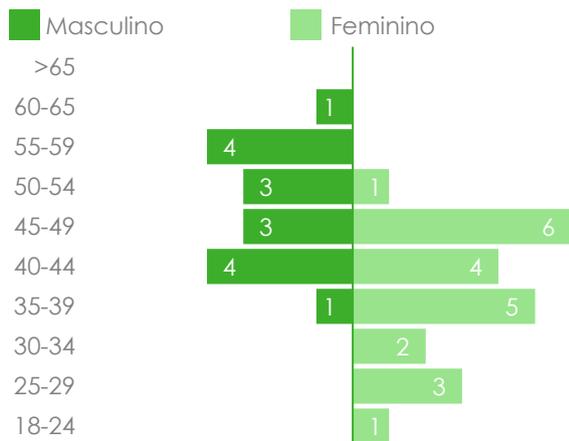
RECURSOS HUMANOS

Em 2020, o número de colaboradores aumentou (+1), terminando o ano com 38 colaboradores, tendo o valor de remunerações e encargos suportados (segurança social, seguros) neste período ascendido a 1.400.014 euros, o que se traduziu num crescimento de 3.3%, comparativamente ao ano 2019. A empresa assegurou a segurança dos seus colaboradores seguindo as normas impostas pela Direção Geral de Saúde, procurando assegurar e manter a sua atividade, nomeadamente a comercialização e distribuição os seus produtos e dispositivos médicos.

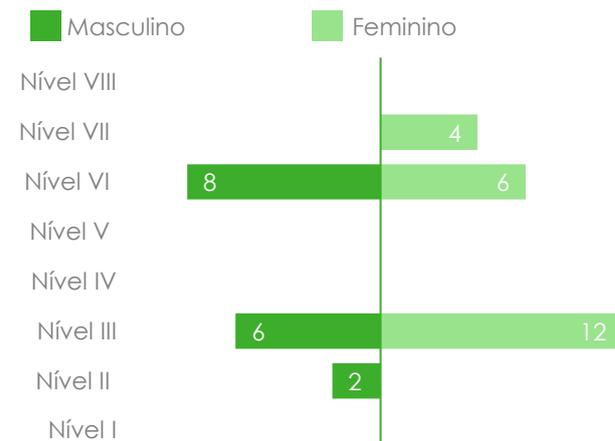
Em 2020, registou-se um ajustamento positivo dos índices de desempenho e contribuição por colaborador, traduzidos pelo crescimento de 95% do rácio VAB/Colaborador, comparativamente a 2019.

valores em euros	2020	2019
Número de trabalhadores no final do período	38	37
Número médio de trabalhadores ao longo do período	37	34
Idade média dos trabalhadores	44	42
Antiguidade média dos trabalhadores (anos)	6	6
Horas de formação totais	360,3	155,0
Média de horas de formação por trabalhador	9,48	4,19
Gastos com o pessoal	1 400 014	1 355 814
Gastos médios por trabalhador	36 842	36 644
VAB por trabalhador	111 564	57 211
Taxa geral de absentismo	12,4%	3,8%

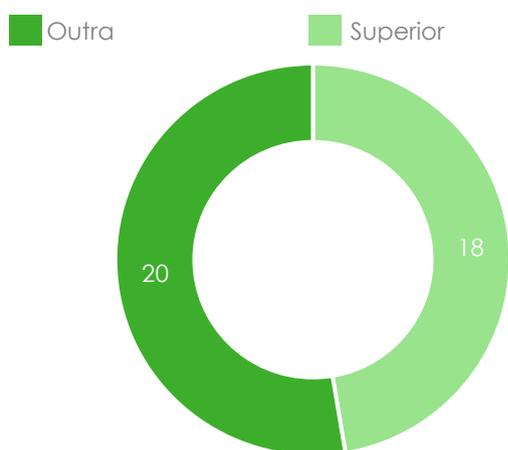
IDADE



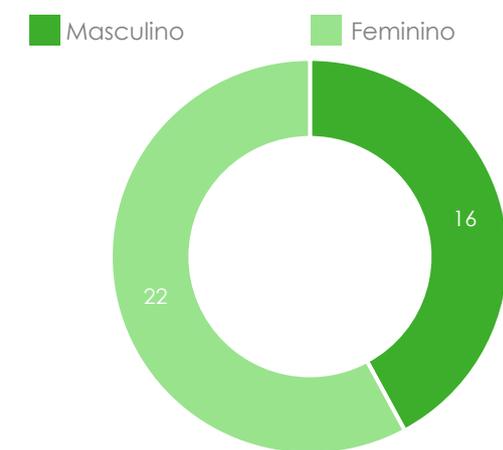
HABILITAÇÕES



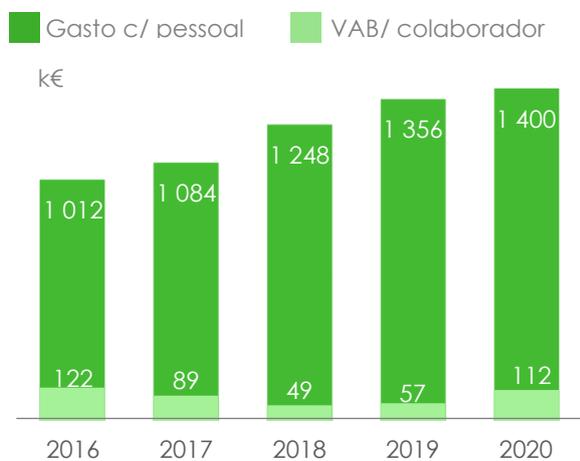
HABILITAÇÕES 2020



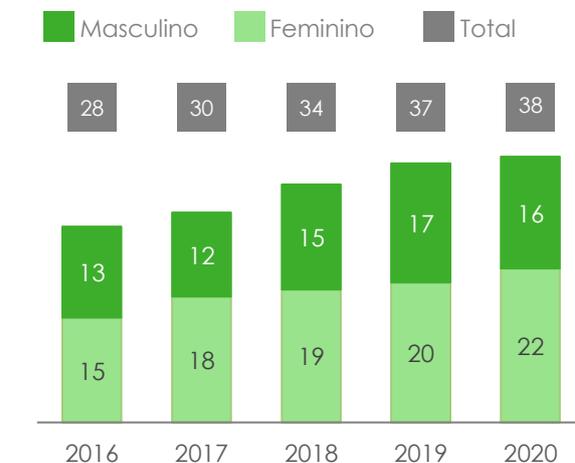
GÉNERO 2020



GASTOS COM PESSOAL



N.º COLABORADORES



6.5 SITUAÇÃO FINANCEIRA

valores em euros	2020	Peso%	2019	Peso%	Var. %
Ativos Fixos	197 121	1,0%	220 027	1,6%	-10,4%
Outros ativos não correntes	8 285	0,0%	6 042	0,0%	37,1%
Inventários	7 651 949	39,3%	5 172 266	36,9%	47,9%
Devedores correntes	11 097 088	57,0%	8 075 368	57,7%	37,4%
Disponibilidades e equivalentes	528 425	2,7%	528 833	3,8%	-0,1%
Ativo Total	19 482 869	100,0%	14 002 536	100,0%	39,1%
Capital Próprio	13 018 353	66,8%	12 106 182	86,5%	7,5%
Outros passivos correntes	6 461 779	33,2%	1 892 521	13,5%	>100%
Divida correntes	2 737	0,01%	3 832	0,03%	-28,6%
Passivo Total	6 464 516	33,2%	1 896 353	13,5%	>100%

O ativo total a 31 de dezembro de 2020 ascendeu a 19.482.869 euros, face a 14.002.536 euros em dezembro de 2019. O ativo é composto maioritariamente por inventários, clientes e outras contas a receber, representando, em 2020, 39%, 29% e 28% do ativo total, respetivamente.

Os capitais próprios aumentaram de 12.106.182 euros para 13.018.353 euros em 31 de dezembro de 2020. O movimento nos capitais próprios resultou do resultado líquido gerado no período de 2020, que ascendeu a 912.171 euros.

O rácio entre Capitais Próprios e Ativo (autonomia financeira) situou-se, no fim de 2020, nos 66,8%, face aos 86,5% em 2019. Os capitais próprios registaram um crescimento de 7,5%.

O passivo total a 31 de dezembro de 2020 ascendeu 6.464.516 euros, face a 1.896.353 euros em dezembro de 2019. O passivo é composto maioritariamente por outras dívidas a pagar e fornecedores representando 51,8% e 39,8% do passivo total em 2020, respetivamente.

Em 2020, o fundo de maneo ascendeu a 12.812.947 euros registando um ajustamento positivo de 7,9% comparativamente a 2019. As necessidades de fundo de maneo ascenderam a 12.287.259 euros, registando um ajustamento negativo de 8,2% comparativamente a 2019, com o investimento em necessidades de fundo de maneo a ascender a 932.146 euros.

O prazo médio de recebimentos (PMR) calculado em 121 dias, face aos 69 dias calculado em 2019. O prazo médio de pagamentos (PMP) calculado em 60 dias, face aos 54 dias calculado em 2019. O prazo médio de Stocks (PMS) calculado em 249 dias, face aos 247 dias calculado em 2019.

valores em euros	2020	2019	Var. %
Ativos não correntes	205 406	226 069	-9,1%
Capitais próprios	13 018 353	12 106 182	7,5%
Fundo de maneo	12 812 947	11 880 113	7,9%
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	18 749 037	13 247 634	41,5%
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	6 461 779	1 892 521	>100%
Necessidades de fundo de maneo	12 287 259	11 355 113	8,2%
Caixa e equivalentes de caixa	528 425	528 833	-0,1%
Dívida financeira corrente	2 737	3 832	-28,6%
Tesouraria líquida	525 688	525 000	0,1%

Em 2020, a empresa não contratou novas operações de financiamento, evidenciando apenas o montante em dívida referente à utilização de cartões de crédito, cujo montante ascendeu a 2.737 euros, comparativamente aos 3.832 euros registados em 2019.

De referir que a empresa no decurso da sua atividade, no âmbito da gestão de tesouraria, recorre a factoring sem recurso, pelo que não apresenta dívida no encerramento do período.

O rácio da dívida líquida pelo valor EBITDA apresenta em 2019 o valor de 0x. O rácio calculado enquadra-se abaixo do limite máximo convencionado (< 4x), para efeito de análise de risco.

valores em euros	2020	2019	Var. %
Dívida Líquida	0	0	-
EBITDA	1 362 864	399 096	>100%
Dívida Líquida / EBITDA	0,00 x	0,00 x	0,00 x

6.6

INDICADORES DESEMPENHO

	2020	2019	Var.
Económicos			
EBITDA	1 362 864	399 096	241,5%
EBIT	1 232 664	335 578	267,3%
EBITDA %	8,0%	3,5%	4,6 pp
EBIT %	7,3%	2,9%	4,4 pp
VAB	4 239 444	2 116 794	100,3%
Rentabilidade			
Rentabilidade dos Capitais Próprios	7,0%	1,7%	5,3 pp
Rentabilidade do Ativo	4,7%	1,5%	3,2 pp
Rentabilidade Operacional das Vendas	7,3%	2,9%	4,4 pp
Estrutura			
Autonomia Financeira	66,8%	86,5%	-19,6 pp
Solvabilidade	2,01	6,38	-4,37
Debt to Equity	0,00	0,00	0,0
Leverage	0,0%	0,0%	0,0 pp
Regra Equilíbrio Financeiro Mínimo (REFM) >1	63,38	53,55	9,8
Liquidez			
Liquidez Geral	3,0	7,3	-4,3
Liquidez Reduzida	1,8	4,5	-2,7
Liquidez Imediata	0,1	0,3	-0,2
Atividade (dias)			
PMP	60	54	7
PMR	121	69	52
PMS	249	247	2

07

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

RISCO CAMBIAL

O risco taxa de câmbio representa a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio da empresa resulta da existência de operações de importação de origens em que a moeda local é diferente do Euro. Com objetivo de reduzir as flutuações cambiais e sempre que possível, a empresa faz repercutir essas variações nos preços de venda.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro representa a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado. A Overpharma, no decurso da sua atividade, quando recorre a financiamentos externos está exposta ao risco de taxa de juro dado que grande parte da dívida financeira da empresa é indexada a taxas de juro de mercado.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez representa a capacidade da empresa fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis. A empresa procura garantir que a estrutura e o nível de financiamento seja adequado à natureza das suas obrigações. Quando aplicável, os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 3 a 5 anos.

08

OUTRAS INFORMAÇÕES

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência da Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda, informa que não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social, respetivamente.

Honorários do Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais relativo à revisão legal das contas no período de 2020, no valor de 6.000 euros.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Gerência, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, e sem desconsiderar os eventuais e potenciais impactos relacionados com a pandemia COVID-19, entende que a Empresa mantém capacidade de prosseguir em continuidade, assegurando os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade, pelo que, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém adequado e, por isso, estamos convictos que tais impactos relacionados com a pandemia não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do ano de 2020, nem colocarão em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses do ano de 2021.

09

ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10

PERSPETIVAS

Incerteza! Esta continua a ser a palavra que domina o nosso léxico e ninguém se atreve a antever qual a evolução que tomará a atual situação pandémica que vivemos. Perante este cenário, tudo o que se sabe é que temos que fazer o melhor que sabemos num contexto de ignorância total sobre o amanhã. Uns dias os sinais são mais positivos e encorajadores, noutros, parece a derrocada total e a percepção é que voltámos de novo à estaca zero.

Este clima de constante incerteza leva-nos a fazer investimentos com algum receio e sem um mínimo de segurança, a tomar medidas das quais pensamos muitas vezes que nos vamos arrepender amanhã, e isto sugere e estimula a vontade e necessidade de fazer uma gestão do estilo de navegar à vista e sem nunca perder a linha da costa.

Mas as empresas não se compadecem com este clima, e por isso temos que tomar medidas, e a verdade, é que, um ano vivido anteriormente sob este clima, também nos ensinou alguma coisa.

Para 2021, e aconteça o que acontecer em termos de pandemia, e vão seguramente continuar a acontecer situações incontroláveis, a política de gestão da empresa procurará manter duas linhas de rumo algo flexíveis – perante um clima de adverso aproveitar oportunidades – perante um clima mais estável (entenda-se de pandemia “mais” controlada) seguir a política de consolidação e estabilização da empresa na senda do plano de reajustes já criado em 2020 e que era para prosseguir até 2022.

Nesse sentido, o Plano de Vendas e de resultados que pretendemos implementar em 2021 foi concebido com o conservadorismo que recomenda o clima da incerteza, e a ousadia de quem tem que voltar a aproveitar as oportunidades de cada comento.

No mínimo estamos a equacionar que os resultados de Vendas serão de acordo com que foi feito em 2020 sem tanto imposto de atividade de contexto não recorrente,, e os Resultados Líquidos em linha com o obtido no ano anterior.

11

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido apurado nas demonstrações financeiras no montante de 912.170,94 euros, registado no período de 2020, seja aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados: 912.170,94 euros

12

AGRADECIMENTOS

A Gerência gostaria de agradecer ao Contabilista Certificado e ao Revisor Oficial de Contas pelos imprescindíveis e relevantes conselhos e auxílio prestados no ano de 2020. A Gerência gostaria ainda de expressar a sua gratidão aos seus fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócios da empresa, pelo seu envolvimento contínuo e confiança demonstrada. Finalmente, a Gerência gostaria de expressar a sua gratidão aos Gerentes, pelo seu trabalho e valiosos conselhos, assim como a todos os colaboradores, pelo seu tempo e pela dedicação que demonstraram ao longo do ano.

Mortágua, 05 de março de 2021

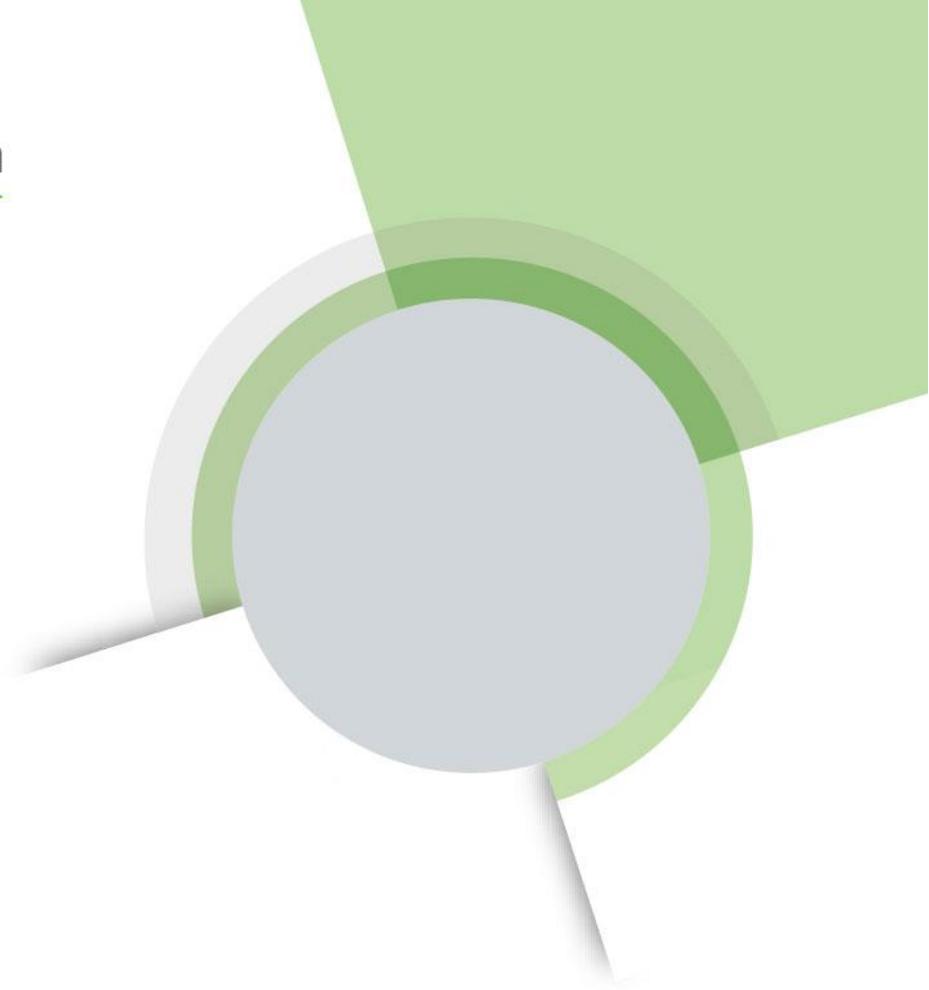
A Gerência,

Joaquim António de Matos Chaves
(Gerente)

Luis Pedro Gonçalves Simões
(Gerente)

Eugénio Baptista Nunes
(Gerente)

3. Informação Societária

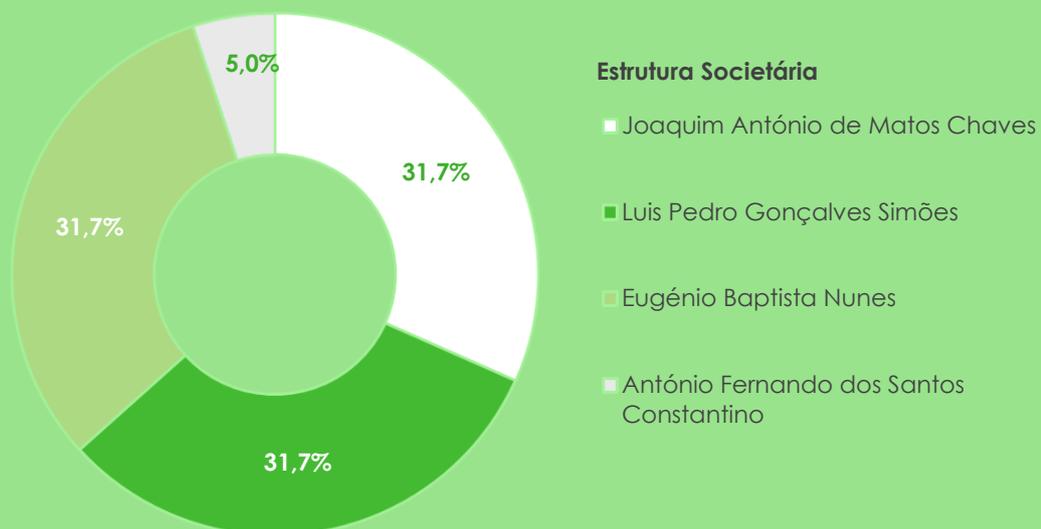


01 ÓRGÃOS SOCIAIS

GERÊNCIA

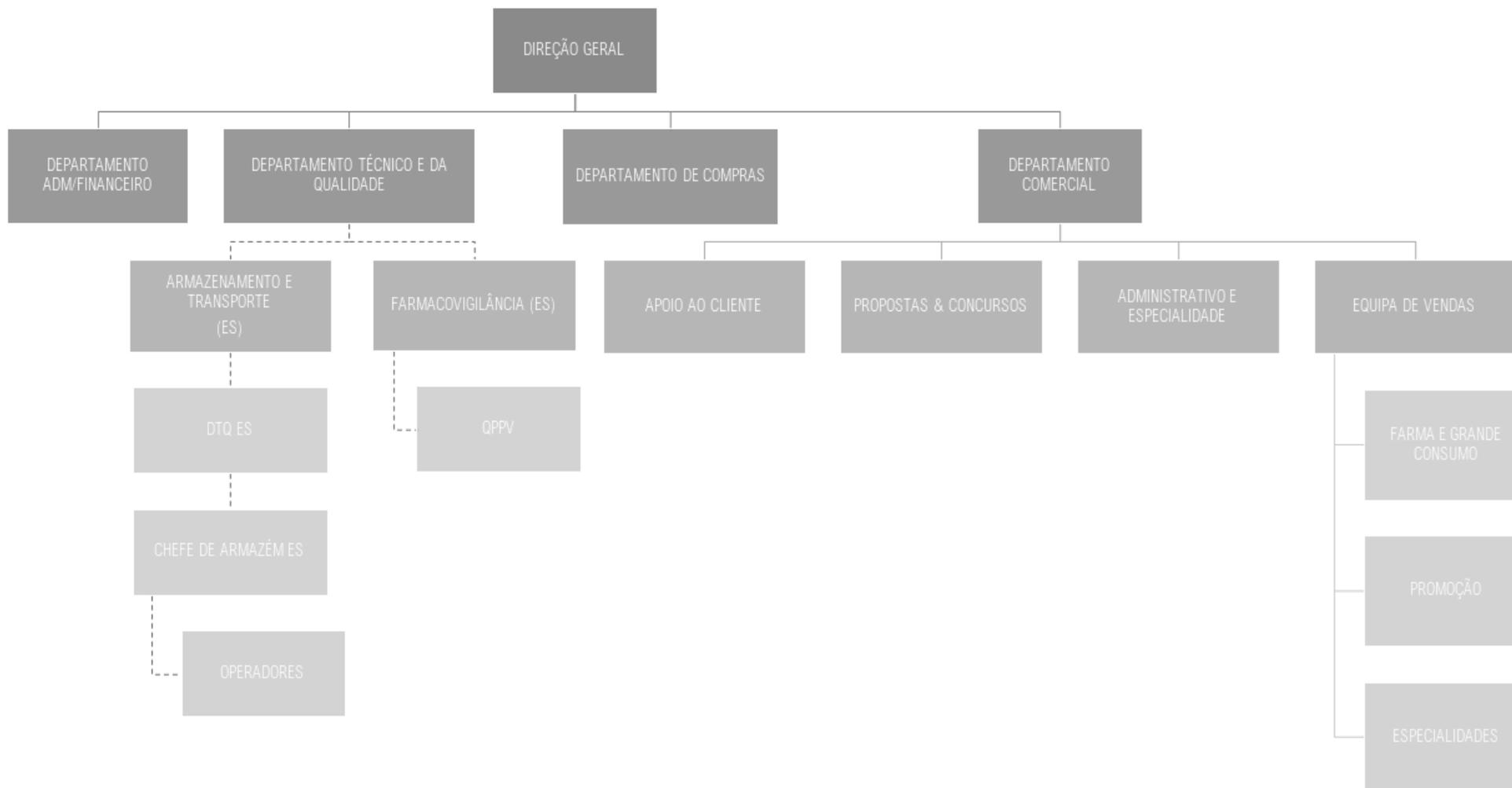
Eugénio Baptista Nunes
Joaquim António de Matos Chaves
Luís Pedro Gonçalves Simões

02 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

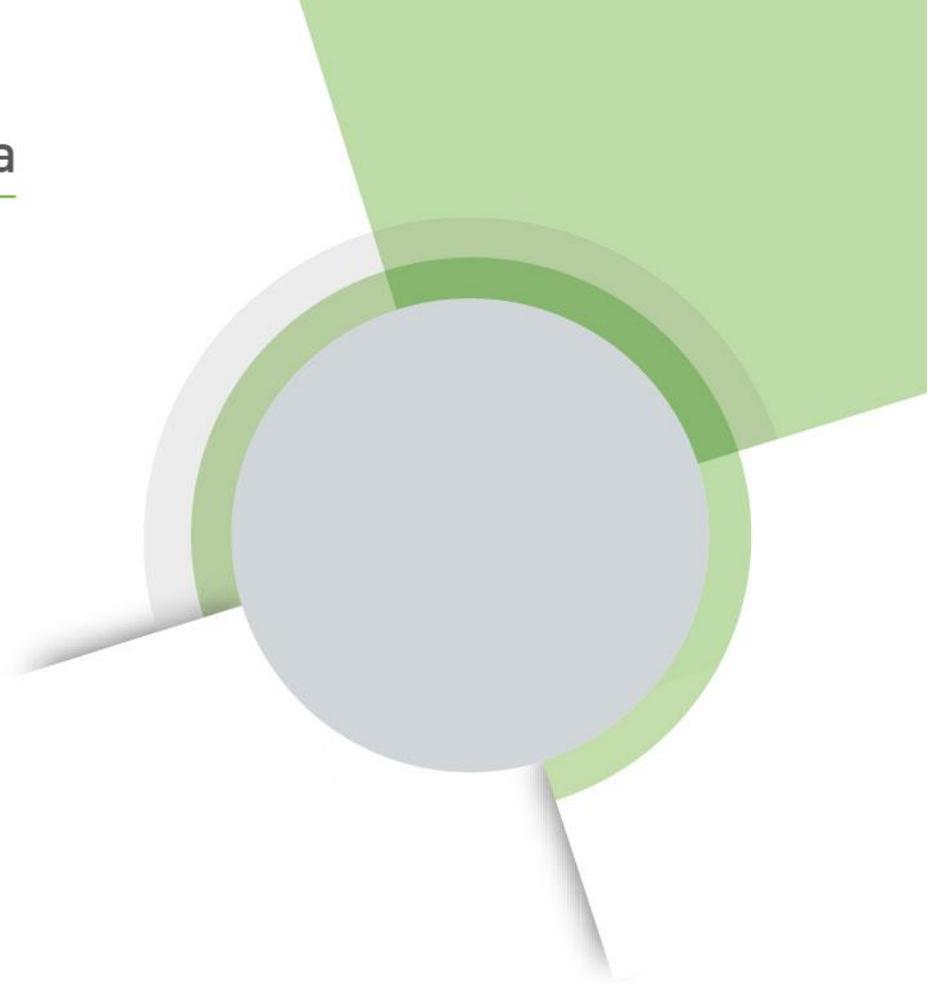


03

ORGANOGRAMA

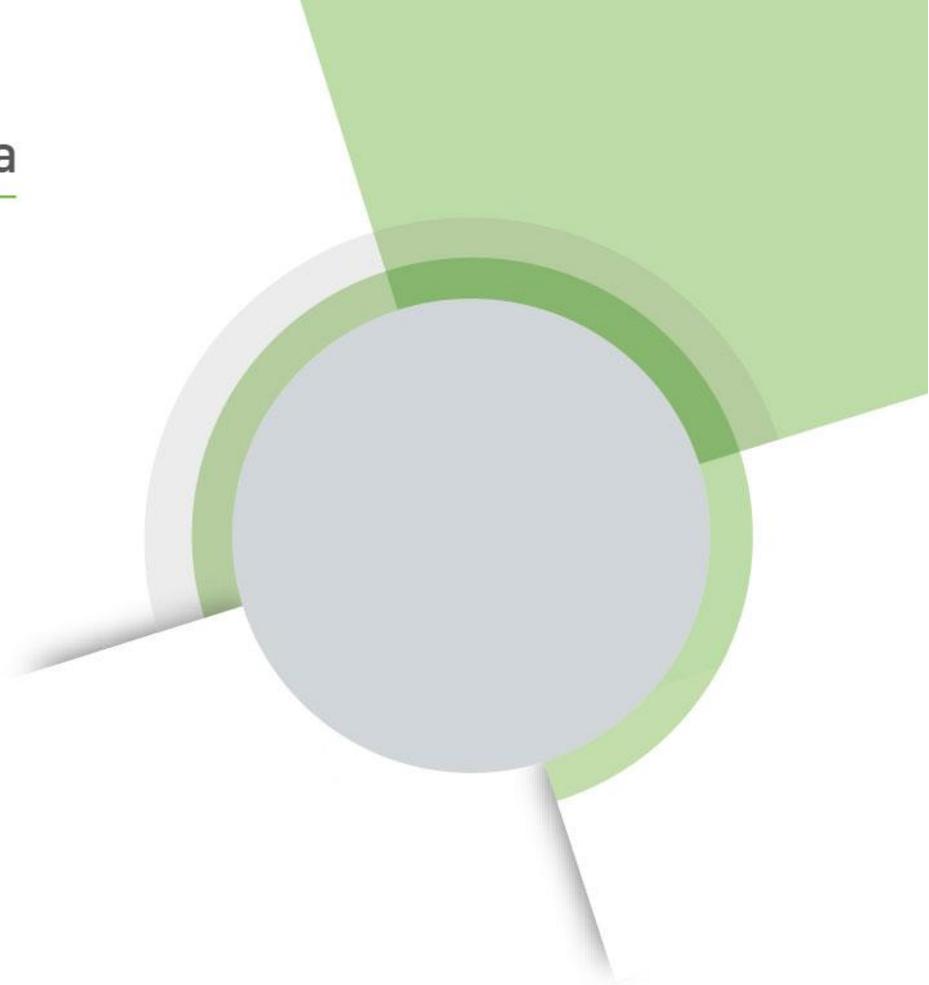


4. Informação Financeira



4. Informação Financeira

4.1 Demonstrações financeiras



Demonstração de resultados individual por natureza para o ano findo em 31 de dezembro de 2020

valores em euros	Notas	Períodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	20	16 936 486	11 464 820
Subsídios à exploração	21	26 731	-
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	22	(11 196 646)	(7 638 168)
Fornecimentos e serviços externos	23	(1 500 397)	(1 741 363)
Gastos com pessoal	24	(1 400 014)	(1 355 814)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(900 000)	-
Outros rendimentos	25	91 375	45 805
Outros gastos	26	(694 672)	(376 183)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 362 864	399 096
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	(130 201)	(63 518)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 232 664	335 578
Juros e gastos similares suportados	28	(14 627)	(13 943)
Resultado antes de impostos		1 218 036	321 635
Imposto sobre rendimento do período	29	(305 865)	(117 859)
Resultado líquido do período		912 171	203 776

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Balanço individual a 31 de dezembro de 2020

valores em euros	Notas	Datas	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	197 121	217 376
Ativos intangíveis	6	-	2 651
Outros investimentos financeiros	7	8 267	5 792
Ativos por impostos diferidos	8	18	250
		205 406	226 069
Ativo corrente			
Inventários	9	7 651 949	5 172 266
Clientes	10	5 610 901	2 172 374
Estado e outros entes públicos	11	-	422
Outros créditos a receber	12	5 457 292	5 875 397
Diferimentos	13	28 895	27 176
Caixa e depósitos bancários	4	528 425	528 833
		19 277 462	13 776 466
Total do ATIVO		19 482 869	14 002 536
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	14	250 000	250 000
Reservas legais	15	58 395	58 395
Resultados transitados	16	11 797 787	11 594 011
Resultado líquido do período	DR	912 171	203 776
Total do Capital Próprio		13 018 353	12 106 182
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	18	2 573 575	1 334 349
Estado e outros entes públicos	11	531 541	275 067
Financiamentos obtidos	17	2 737	3 832
Outras dívidas a pagar	19	3 350 562	283 106
Diferimentos	13	6 102	-
		6 464 516	1 896 353
Total do Passivo		6 464 516	1 896 353
Total do Capital Próprio e do Passivo		19 482 869	14 002 536

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Demonstração individual de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2020

valores em euros	Notas	Períodos	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	10,20	18 754 017	11 460 578
Pagamentos a fornecedores	18,22,23	(16 464 940)	(9 497 844)
Pagamentos ao pessoal	19,24	(704 062)	(674 785)
Caixa gerada pelas operações		1 585 015	1 287 949
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	11	(172 596)	151 101
Outros recebimentos/pagamentos	12,19	(1 317 349)	(1 127 789)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	95 070	311 261
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5,19	(84 436)	(37 136)
Ativos intangíveis	6,19	(3 610)	(11 719)
Investimentos financeiros	7	(3 784)	(3 673)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	7	1 051	1 467
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(90 779)	(51 060)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	(6 805)	(28 315)
Juros e gastos similares	28	(1 251)	(762)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(8 056)	(29 077)
Varição de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	(3 765)	231 124
Efeito das diferenças de câmbio	25,26	3 357	(5 712)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	528 833	303 421
Caixa e seus equivalentes no fim do período		528 425	528 833

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	250 000	58 395	11 477 555	127 956	11 913 906
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	116 456	(127 956)	(11 500)
	2	-	-	116 456	(127 956)	(11 500)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				203 776	203 776
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				75 820	192 276
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	5=1+2+3	250 000	58 395	11 594 011	203 776	12 106 182

	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	250 000	58 395	11 594 011	203 776	12 106 182
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	203 776	(203 776)	-
	7	-	-	203 776	(203 776)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				912 171	912 171
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				708 395	912 171
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	10=6+7+8	250 000	58 395	11 797 787	912 171	13 018 353

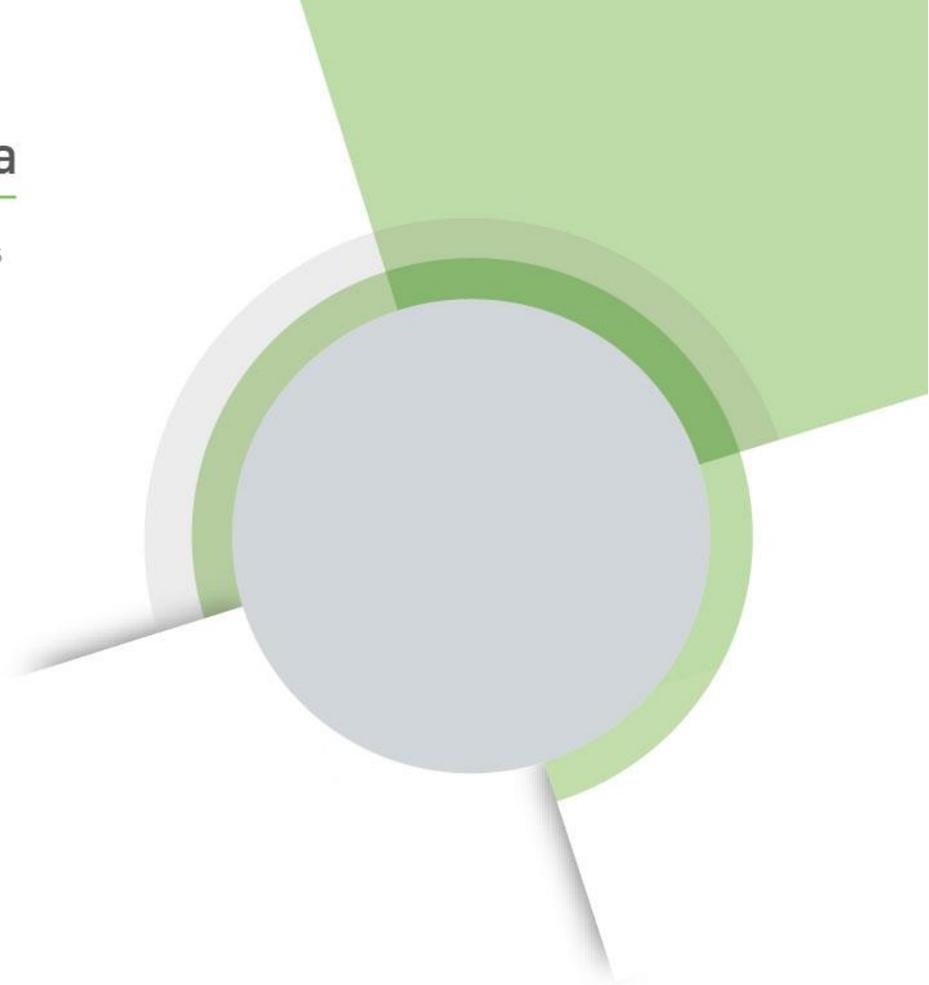
Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

4. Informação **Financeira**

4.2 Anexo às demonstrações financeiras



01

NOTA INTRODUTÓRIA

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., com sede no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote 10, 3450 – 232 Mortágua, com o NIPC 505 792 362, tem como objeto social o comércio por grosso, importação e exportação de produtos médicos e farmacêuticos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Gerência. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

02

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1

Referencial Contabilístico

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., apresenta as suas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

O SNC é regulado pelos seguintes instrumentos legais:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas) – Revoga Portaria 1011/2009, de 9 de setembro;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras) – Revoga Portaria 986/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual) – Revoga aviso 15652/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística para Microentidades)
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) – Revoga Aviso 15655/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho (Norma contabilística e de relato financeiros para pequenas entidades) – Revoga Aviso 15654/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas) – Revoga Aviso 15653/2009, de 7 de setembro
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo)

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting

Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço individual, a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio, a demonstração individual de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

2.2

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

03

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes anuais, utilizando-se para o efeito as taxas máximas de depreciação constantes no decreto regulamentar nº 2/90 de 12 de janeiro, para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2009, e o decreto regulamentar nº25/2009, de 14 de setembro, para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2010.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.2

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.3

Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.4

Outros investimentos financeiros

Estes investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Sempre que existam rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) os mesmos são registados na demonstração dos resultados.

3.5

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a forma de custeio utilizada é custo médio ponderado. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Em conformidade com a legislação aplicável, a empresa utiliza o sistema de inventário permanente.

3.6

Clientes e outros valores a receber

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não difira materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring sem recurso, ou seja, em caso de não pagamento por partes dos clientes a perda é assumida pela empresa de factoring, são desreconhecidos do balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring com recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos clientes a empresa de factoring tem o direito de reclamar a empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidos no balanço e o risco de incobrabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade.

3.7

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é exetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

3.8

Capital subscrito e não realizado

De acordo com a NCRF nº 27, uma entidade deve reconhecer instrumentos de capital próprio no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio. Se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados a entidade deve apresentar a quantia a receber como um ativo na rubrica "Capital subscrito não realizado".

Em cumprimento do disposto no art.º 272 (Sociedade anónimas) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Empresa deve indicar especialmente, o seu capital o valor nominal de cada título (quota ou ação) e os seus respetivos titulares.

3.9

Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos (ativos ou passivos)”.

3.10

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os excedentes de tesouraria são aplicados em depósitos a prazo com maturidades até um ano. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.11

Reserva legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

3.12

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

3.13

Empréstimos Bancários e Gastos com Juros

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações; e
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia);
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.14

Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não difira materialmente do custo amortizado.

3.15

Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.16

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.17

Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas do período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação e os mensurados pelo justo valor pelas taxas à data da fixação desse valor.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados como "Juros e rendimentos similares obtidos", enquanto as negativas são reveladas na rubrica "Juros e gastos similares suportados". As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas "Outros rendimentos" e "Outros gastos", nos casos de serem positivas e negativas, respetivamente.

3.18

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontra-se corrigido pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida de 1,5% a título de derrama e derrama estadual, além das tributações autónomas em vigor.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período".

No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contábilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

3.19

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.20

Outras políticas contábilísticas relevantes

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais, quando existem, são deduzidos ao resultado líquido do período.

3.21

Juizes de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contábilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- Valorização da produção;
- Ativos por impostos diferidos
- Registo de provisões;
- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que

venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.22

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

04

FLUXOS DE CAIXA

Os montantes incluídos na rúbrica de caixa e seus equivalentes à data de 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são os seguintes:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Caixa - Euros	223	160
	223	160
Depósitos à ordem - Euros	528 202	528 673
	528 202	528 673
Total de caixa e depósitos bancários	528 425	528 833

Observações complementares

- Os valores de caixa servem para liquidar despesas correntes;
- Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

05

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2020 e de 2019 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2019			Saldo em 31-dez-19
	Saldo em 01-jan-19	Aquisições / Dotações	Alienação / Abates	
Custo:				
Edifícios e outras construções	146 953	-	-	146 953
Equipamento básico	22 344	-	-	22 344
Equipamento administrativo	99 486	12 667	(2 127)	110 026
Outros ativos fixos tangíveis	749 139	5 793	-	754 932
	1 017 922	18 460	(2 127)	1 034 254
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	16 019	2 684	-	18 703
Equipamento básico	13 349	999	-	14 349
Equipamento administrativo	92 643	11 631	(2 127)	102 147
Outros ativos fixos tangíveis	638 906	42 774	-	681 680
	760 917	58 089	(2 127)	816 879
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	257 005	(39 629)	-	217 376

	31 de dezembro de 2020			
	Saldo em 01-jan-20	Aquisições / Dotações	Alienação / Abates	Saldo em 31-dez-20
Custo:				
Edifícios e outras construções	146 953	-	-	146 953
Equipamento básico	22 344	-	-	22 344
Equipamento administrativo	110 026	9 383	(816)	118 593
Outros ativos fixos tangíveis	754 932	95 562	(11 914)	838 580
Ativos fixos tangíveis em curso	-	1 168	-	1 168
	1 034 254	106 113	(12 730)	1 127 637
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	18 703	2 684	-	21 387
Equipamento básico	14 349	999	-	15 348
Equipamento administrativo	102 147	9 837	(816)	111 169
Outros ativos fixos tangíveis	681 680	111 764	(10 832)	782 613
	816 879	125 284	(11 647)	930 516
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	217 376	(19 171)	(1 083)	197 121

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registrados de acordo com as políticas contábilísticas descritas no ponto 3.1 do presente relatório.
(ver nota 27)

06 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2019			
	Saldo em 01-jan-19	Aquisições/ Dotações	Alienação / Abates	Saldo em 31-dez-19
Custo				
Programa de computador	63 514	2 778	-	66 293
Propriedade industrial	154 269	-	(6 784)	147 485
	217 783	2 778	(6 784)	213 778
Amortizações Acumuladas				
Programa de computador	62 492	3 290	-	65 781
Propriedade industrial	149 989	2 139	(6 784)	145 345
	212 481	5 429	(6 784)	211 127
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	5 302	(2 651)	-	2 651

	31 de dezembro de 2020		
	Saldo em 01-jan-20	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31-dez-20
Custo			
Programa de computador	66 293	2 265	68 558
Propriedade industrial	147 485	-	147 485
	213 778	2 265	216 043
Amortizações Acumuladas			
Programa de computador	65 781	2 776	68 558
Propriedade industrial	145 345	2 140	147 485
	211 127	4 916	216 043
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	2 651	(2 651)	-

(ver nota 27)

07

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os outros investimentos financeiros correspondem ao Fundo de Compensação do Trabalho.

	31-dez-20	31-dez-19
	Não corrente	Não corrente
Outras empresas		
Fundos de Compensação do Trabalho	8 267	5 792
	8 267	5 792

08

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	31 de dezembro de 2019		
	Reversão		
	Saldo em 01-jan-19	Resultado líquido	Saldo em 31-dez-19
Ativos por impostos diferidos			
Gastos a reconhecer	1 439	(1 189)	250
	1 439	(1 189)	250

	31 de dezembro de 2020		
	Reversão		
	Saldo em 01-jan-20	Resultado líquido	Saldo em 31-dez-20
Ativos por impostos diferidos			
Gastos a reconhecer	250	(232)	18
	250	(232)	18

09

INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-dez-20	31-dez-19
Mercadorias	7 651 949	5 172 266
	7 651 949	5 172 266

Ver nota 22

10

CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2020	31-dez-2019
	Corrente	Corrente
Clientes		
Clientes conta corrente	5 610 901	2 172 374
Clientes de cobrança duvidosa	249 609	249 609
	5 860 510	2 421 982
Perdas por imparidade acumuladas	(249 609)	(249 609)
	5 610 901	2 172 374

	31-dez-2020		31-dez-2019	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	5 596 902	13 999	2 141 362	31 012
Clientes de cobrança duvidosa	249 609	-	249 609	-
	5 846 511	13 999	2 390 970	31 012

11

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	422
	-	422
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	249 708	116 670
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	212 865	113 038
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	31 700	18 658
Segurança Social	36 942	26 404
Fundo de compensação do trabalho	326	296
	531 541	275 067

12

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2020	31-dez-2019
	Corrente	Corrente
Saldos devedores de fornecedores	5 114	18 419
Devedores por acréscimos de rendimentos	6 102	10 474
Factoring	5 406 339	5 834 834
Outros devedores	39 737	11 670
	5 457 292	5 875 397

13

DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-2020	31-dez-2019
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	21 319	18 742
Outros gastos a reconhecer	7 576	8 434
	28 895	27 176
Diferimentos (Passivo)		
Outros rendimentos a reconhecer - IEFP	6 102	-
	6 102	-

14

CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2020 o capital da Empresa, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

15

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Durante o período de 2020 não foi transferido qualquer montante para reservas legais representando neste período 23.4% do capital social.

16

RESULTADOS TRANSITADOS

Por decisão da Assembleia Geral, foi decidido que o resultado líquido do período de 2019, no montante de 203.776 euros fosse transferido na sua totalidade para a conta de resultados transitados.

17

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Na rubrica de financiamentos obtidos o montante de 2.737 euros é referente ao saldo de cartões de crédito.

18

FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2020	31-dez-2019
	Corrente	Corrente
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	2 573 575	1 318 120
Fornecedores receção e conferência	-	16 229
Fornecedores de cobrança duvidosa	(900 000)	-
	1 673 575	1 334 349
Perdas por imparidade acumuladas	900 000	-
	2 573 575	1 334 349

	31-dez-2020		31-dez-2019	
	Fornecedores gerais	Grupo/ relacionados	Fornecedores gerais	Grupo/ relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	1 069 792	1 503 783	1 255 355	62 766
Fornecedores receção e conferência	-	-	16 229	-
Fornecedores de cobrança duvidosa	(900 000)	-	-	-
	169 792	1 503 783	1 271 583	62 766

A constituição de imparidade no montante de 900.000 euros é referente ao processo de importação de máscaras de proteção KN95. Foram iniciados procedimentos legais com vista à recuperação do montante e à imputação de eventuais responsabilidades civil e criminal do fornecedor.

19

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-2020	31-dez-2019
	Corrente	Corrente
Saldos credores de clientes	9 652	35 208
Fornecedores de investimentos	58 487	21 966
Credores por Acréscimo de Gastos:		
Remunerações a liquidar	167 009	155 116
Outros credores por acréscimo de gastos	114 798	70 601
Factoring	2 999 956	-
Outras dívidas a pagar	660	214
	3 350 562	283 106

20

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor das vendas e prestações de serviços nos períodos de 2020 e de 2019 foram como segue:

	2019			Total
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Externo	
Vendas de mercadorias	11 366 986	96 816	1 018	11 464 820
	11 366 986	96 816	1 018	11 464 820

	2020		Total
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	
Vendas de mercadorias	16 864 321	72 165	16 936 486
	16 864 321	72 165	16 936 486

21

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica de subsídios à exploração nos períodos de 2020 e 2019 tinham a seguinte composição:

	2020	2019
IEFP - Estágios	10 845	-
Apoio excecional à família - Segurança Social	15 886	-
	26 731	-

22

CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é detalhado como segue:

	2020	2019
	Mercadorias	Mercadorias
Inventários iniciais	5 172 266	5 583 472
Compras	14 047 652	7 327 908
Regularizações	(371 323)	(100 946)
Inventários Finais	7 651 949	5 172 266
C.M.V.M.C.	11 196 646	7 638 168

Ver nota 9

23

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	2020	2019
Trabalhos especializados	1 082 900	1 182 897
Rendas e alugueres	133 795	135 681
Seguros	44 575	42 146
Transporte de mercadorias	33 656	47 393
Combustíveis	33 482	49 616
Conservação e reparação	30 911	29 557
Outros serviços	28 011	19 202
Despesas de representação	27 477	108 319
Deslocações e estadas	24 874	52 836
Artigos para oferta	13 574	6 721
Serviços bancários	8 134	7 159
Comunicação	7 925	7 499
Outros	31 083	52 336
	1 500 397	1 741 363

24

GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	121 200	119 000
Remunerações do pessoal	1 004 229	968 257
Indemnizações	3 779	9 912
Encargos sobre remunerações	232 776	231 653
Seguros	11 319	12 991
Outros gastos com pessoal	26 711	14 001
	1 400 014	1 355 814

O número médio de colaboradores em 2020 foi de 37 e no período de 2019 de 34.

25

OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	2020	2019
Rendimentos suplementares	48 847	35 553
Descontos de pronto pagamento obtidos	11	4
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	14 926	1 992
Rendim. e ganhos em inv. não financeiros	3 803	-
Outros rendimentos e ganhos	23 789	8 256
	91 375	45 805

26

OUTROS GASTOS

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	2020	2019
Impostos	42 968	34 772
Descontos de pronto pagamento concedidos	246 136	179 584
Perdas em inventários	314 908	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	16 827	8 966
Outros gastos e perdas	73 834	152 861
	694 672	376 183

27

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Os gastos/reversões de depreciações e de amortização dos períodos de 2020 e de 2019 são os seguintes:

	2020	2019
	Gastos	Gastos
Ativos fixos tangíveis	125 284	58 089
Ativos intangíveis	4 916	5 429
	130 201	63 518

Ver nota 5 e 6

28

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 2020 e de 2019, tinham a seguinte composição:

	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	14 627	13 943
Resultados financeiros	(14 627)	(13 943)

29

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é detalhado com segue:

	2020	2019
Imposto Corrente	305 634	116 670
Imposto Diferido	232	1 189
	305 865	117 859

No período de 2020 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- A empresa beneficiou de uma majoração referente aos benefícios à criação de emprego previstos pelo artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. A majoração aplicada foi de 8.476,04 euros.
- Foi aplicada uma majoração de 1.625,15 euros relativamente a gastos com donativos, ao abrigo do artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.
- Foi aplicada uma majoração de 3.300,00 euros relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

No período de 2019 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- A empresa beneficiou de uma majoração referente aos benefícios à criação de emprego previstos pelo artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. A majoração aplicada foi de 12.329,73 euros.
- Foi aplicada uma majoração de 3.300,00 euros relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

30

DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são terceiros com quem existam relações que possam afetar os resultados e a posição financeira da entidade que relata.

A norma define as seguintes partes relacionadas: empresa-mãe, acionistas de referência e familiares próximos, subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas, pessoal chave da gestão da entidade ou da empresa-mãe e familiares próximos, e planos de benefícios pós-emprego.

A natureza do relacionamento com as outras partes relacionadas, descritas no quadro infra, é estabelecido por força do pessoal chave da gestão.

Referência	Denominação	Sede	% Capital
Sócios	Joaquim António de Matos Chaves	Portugal	31,7%
	Luís Pedro Gonçalves Simões	Portugal	31,7%
	Eugénio Baptista Nunes	Portugal	31,7%
	António Fernando dos Santos Constantino	Portugal	5,0%
Pessoal chave da gestão (Overpharma)	Joaquim António de Matos Chaves	Portugal	
	Luís Pedro Gonçalves Simões	Portugal	
	Eugénio Baptista Nunes	Portugal	
Outras partes relacionadas (Pessoal chave da gestão)	Paracésia - Industria Farmacêutica, S.A.	Portugal	
	Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	Portugal	
	FHC - Farmacêutica, SA	Portugal	
	Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	Portugal	
	Phagecon - Serviços e Consultoria Farmacêutica, Lda	Portugal	
	Zeone - Informática, Lda	Portugal	
	Cistravel - Viagens e Turismo, Lda	Portugal	
	Actrália - Consultoria, Lda	Portugal	
	Isis - SGPS, S.A.	Portugal	
	Actrália, S.A.	Portugal	
	Worldrugs, Lda	Portugal	
	Laphysan	Espanha	
	Private Atlantic, Sgps, S.A.	Portugal	
	Senhora da Ribeira - Empreendimentos Imobiliários, Lda	Portugal	
	Basinnov - Life Sciences - Unipessoal, Lda	Portugal	



Transações	2020	2019
Vendas e prestação de serviços		
FHC - Farmacêutica, SA	1 716 640	317 171
Paracélsia - Industria Farmacêutica, S.A.	-	1 660
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	267 698	2 345
Laphysan	23 455	17 612
	2 007 793	321 176
Compras e aquisição de serviços		
Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	-	(3 496)
FHC - Farmacêutica, SA	8 535 664	2 924 516
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	1 454	1 203
Phagecon - Serviços e Consultoria Farmacêutica, Lda	8 860	15 876
Zeone - Informática, Lda	35 331	34 752
Cistravel - Viagens e Turismo, Lda	1 995	31 345
Laphysan	85 072	38 097
Actrádia - Consultoria, Lda	219 509	230 300
Actrádia, S.A.	15 192	15 192
	8 903 078	3 287 785
Saldos	2020	2019
Contas a receber		
FHC - Farmacêutica, SA	-	12 636
Paracélsia - Industria Farmacêutica, S.A.	-	1 660
Laphysan	13 999	16 717
	13 999	31 012
Contas a pagar		
Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	-	(4 300)
FHC - Farmacêutica, SA	1 478 058	31 860
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	162	-
Phagecon - Serviços e Consultoria Farmacêutica, Lda	646	-
Zeone - Informática, Lda	4 947	7 343
Cistravel - Viagens e Turismo, Lda	-	1 880
Actrádia Consultoria	20 973	221
Actrádia, S.A.	-	15 192
Laphysan	-	7 747
	1 504 785	59 943

31

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

31.1

Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência no dia 05 de março de 2021. No entanto os sócios poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

31.2

Atualização da divulgação acerca de condições à data do Balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

32

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência da Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda, informa que não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social, respetivamente.

Honorários do Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais relativo à revisão legal das contas no período de 2020, no valor de 6.000 euros.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Gerência, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, e sem desconsiderar os eventuais e potenciais impactos relacionados com a pandemia COVID-19, entende que a Empresa mantém capacidade de prosseguir em continuidade, assegurando os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade, pelo que, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém adequado e, por isso, estamos convictos que tais impactos relacionados com a pandemia não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do ano de 2020, nem colocarão em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses do ano de 2021.

No ano 2020, o Governo atribuiu às empresas diversos apoios empresariais no âmbito da pandemia COVID-19. Neste sentido enumeramos e detalhamos medidas governamentais de que a empresa Overpharma beneficiou:

Incentivo	Natureza	Data de início	Data de fim	Prazo do plano	Nº trabalhadores
Apoio à família	Seg. Social	06/04/2020	05/05/2020	1 mês	15
Apoio à família	Seg. Social	06/05/2020	05/06/2020	1 mês	15
Apoio à família	Seg. Social	06/06/2020	05/07/2020	1 mês	2

O Contabilista Certificado

A Gerência

5. Relatório de Fiscalização



5. Relatório de Fiscalização

5.1 Certificação Legal de Contas





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **OVERPHARMA – PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS, LDA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 19.482.868,87 euros e um total de capital próprio de 13.018.353,34 euros, incluindo um resultado líquido de 912.170,94 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Inscrição na OROC N.º 323
Registo na CMVM N.º 20180025
E-mail: anm.oliveira.roc@sapo.pt
Telem. 917 238 784

Conservatória do Registo Comercial sob o
Número Único de:
Pessoa Coletiva: 514 678 747
Capital Social: 5.000 €

Rua do Campo Alegre, 1306 -5.º - Sala 509
4150 – 174 PORTO

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

2

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações

financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avallamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 10 de março de 2021

Nuno Oliveira & Sousa, SROC, Lda.

inscrita na lista da SROC sob o n.º 323
Contribuinte n.º 514 678 747

Sede: R. do Campo Alegre, 1306, 5.º Sala 509 - 4150-174 Porto
Escrit.: R. António Alves Martins, 14 - 3.º Sala 304 - 4150-078 Viseu
Telex: 917 238 784 • Telem: 917 238 784

Nuno Oliveira & Sousa – SROC, Lda. (SROC N.º 323)

Representada por: António Nuno Mendes Marques de Oliveira (ROC N.º 906)

Inscrição na SROC N.º 323
Registo na CMVM N.º 20180025
E-mail: anm.oliveira.roc@sapo.pt
Telem. 917 238 784

Conservatória do Registo Comercial sob o
Número Único de:
Pessoa Coletiva: 514 678 747
Capital Social: 5.000 €

Rua do Campo Alegre, 1306 - 5.º - Sala 509
4150 - 174 PORTO